

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - CCHL
MESTRADO EM LETRAS – ESTUDOS DA LINGUAGEM

SAFIRA RAVENNE DA CUNHA RÊGO

**TEODORO BICANCA, DE RENATO CASTELO BRANCO: DA PRODUÇÃO DE
SENTIDOS E DA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO HOMEM NORDESTINO**

TERESINA (PI)

2016

SAFIRA RAVENNE DA CUNHA RÊGO

**TEODORO BICANCA, DE RENATO CASTELO BRANCO: DA PRODUÇÃO DE
SENTIDOS E DA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO HOMEM NORDESTINO**

**Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Letras (PPGEL),
na área de concentração Estudos de
Linguagem, da Universidade Federal do
Piauí (UFPI), para defesa, sob a
orientação da Prof. Dra. Maraisa Lopes.**

Aprovada em 15/março/2016

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Maraisa Lopes
Orientadora

Dr João Benvindo de Moura
Membro Interno

Profa. Dra. Greciely Cristina da Costa
Membro Externo

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras
Serviço de Processamento Técnico

R343t Rêgo, Safira Ravenne da Cunha.
Teodoro Bicanca, de Renato Castelo Branco: da
produção de sentidos e da construção da imagem do
homem nordestino / Safira Ravenne da Cunha Rêgo. –
2015.
90 f.

Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade
Federal do Piauí, 2015.

Orientação: Prof. Dra. Maraisa Lopes.

1. Literatura Piauiense. 2. Discurso. 3. Sentido. I.
Título.

CDD B869 5

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I - A ANÁLISE DO DISCURSO: UMA ABORDAGEM GERAL	13
1 Percurso Histórico da Análise do Discurso	13
2 Definições da AD e a constituição dos sentidos	16
3 Possibilidades de leitura de nosso arquivo pelo viés da AD	22
CAPÍTULO II – DA CONSTITUIÇÃO DO ARQUIVO	27
1 O que é arquivo?	27
2 Nosso arquivo: Teodoro Bicanca, de Renato Castelo Branco	31
CAPÍTULO III – DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO	41
1 Pensando as condições de produção em Teodoro Bicanca	41
2 Das relações de força na obra	45
3 Condições de produção da escrita da obra	50
CAPÍTULO IV – DA PRODUÇÃO DE SENTIDOS	55
1 Construção dos protagonistas da obra por meio das designações	55
2 As designações em Teodoro Bicanca, de Renato Castelo Branco	63
2.1 Resultado da análise: As designações em Teodoro Bicanca, de Renato Castelo Branco	69
3 Da Memória Discursiva	71
4 Da Constituição do Sujeito Nordestino: Sertão nordestino e seus estereótipos	82
CONSIDERAÇÕES (NÃO) FINAIS	84
REFERÊNCIAS	87

À minha mãe, “Socorrinha”, a quem devo o pouco do pouco que sou, e por quem sou capaz de tudo.

Ao meu pai, Paulo Rogério, por ter me permitido ser sujeito de mim mesma.

À minha irmã, Sanny, pelo laço que nos une.

À minha sobrinha e afilhada, Gabrielly Sophia, por me conceder a possibilidade de voltar a ser criança.

À vida, seus deslizes, falhas, rupturas... por me fazerem construir os sentidos e rumos da minha própria existência.

Agradeço

À Profa. Dra. Maraisa Lopes, por ter contribuído com o meu “assujeitamento” à Análise de Discurso...

Ao Prof. Dr. João Benvindo, pelos ensinamentos, conselhos, amizade...

Aos meus alunos e ex-alunos, que me fazem (e fizeram) enxergar o ato de ensinar como a condição de produção de meu sujeito...

Aos amigos, pelo apoio a mim concedido, pelos sorrisos de mim arrancados e pelos momentos por mim eternizados...

Aos inimigos, pelo desejo invicto de minha queda, o que me incentiva sempre a querer (e conseguir) ir além de mim mesma.

À liberdade, minha fonte de inspiração mais sensata e justa.

A Deus, por me conceder a força suficiente e a digna compreensão de que há um Sujeito que me guia, e tudo pode.

RESUMO

Essa dissertação é fruto de um trabalho de análise da produção de sentidos evidenciados pelos discursos do romance piauiense Teodoro Bicanca, de Renato Castelo Branco, e da imagem do sujeito nordestino, abrigado em terras nordestinas e interpelado pela ideologia nesse ambiente. Atravessando múltiplos contextos e passando por diversas modificações ao longo de sua constituição, o sentido, nesta análise, considera questões que podem ser analisadas pelo dispositivo discursivo. Através da perspectiva discursiva, buscamos levar em consideração as formações discursivas para a compreensão de quem diz e o que diz, além do estudo das condições de produção, das relações de força existentes na sociedade nordestina, das designações e das próprias condições de produção para a escrita da narrativa. Utilizando o embasamento teórico de Michel Pêcheux, que aborda o discurso sob um pensar histórico, é feita a relação da língua com a ideologia, sobrelevando, inclusive, aquilo que já foi dito. Dessa maneira, conseguimos constatar que tudo que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços, que a discursividade tem uma espessura histórica e que a Análise de Discurso se constitui da própria necessidade de construir significações, sob uma ótica do simbólico, que considera a linguagem como prática, como constituição do próprio sujeito, permeada por fatores sociais, subjetivos, culturais, históricos e discursivos. A análise dessa obra nos permitiu enxergar a marca do homem sobre o lugar indo além dessa identificação física do sertão, uma vez que sua significação é construída pelo simbólico. O nordestino é, portanto, resultado dessa relação e fruto de um ambiente marcado por características próprias; não um simples elemento desconectado do envolvimento sócio-histórico que o cerca, mas um ser que constrói sentidos, a partir do trabalho simbólico, rompendo com imagens erroneamente pré-definidas, enfim, tornando-se sujeito.

Palavras-chave: Discurso. Literatura. Sentido.

ABSTRACT

This Master's thesis is the result of an analysis work of the meaning production evidenced by the discourses of a Novel from Piauí called Teodoro Bicanca, written by Renato Castelo Branco, and of the image of the Northeastern subject, sheltered in northeastern lands and challenged by ideology in this environment. Crossing multiple contexts and going through various modifications throughout its constitution, the meaning, in this analysis, considers issues that can be analyzed by the discursive device. Through the discursive perspective, we seek to take into account the discursive formations for the understanding of who says and what is said, besides the study of the production conditions, power relations that exist in the Northeastern society, the designations and the production conditions for the narrative writing. Using the theoretical basis of Michel Pêcheux, which approaches the discourse under a historical thinking, the relation between language and ideology is made, even taking up what has already been said. In this way, we can verify that everything we say has, therefore, an ideological trait in relation to other traits, that discursiveness has a historical thickness and that Discourse Analysis is constituted of the very need to construct meanings, from a symbolic optic, that considers language as practice, as the constitution of the subject itself, permeated by social, subjective, cultural, historical and discursive factors. The analysis of this book allowed us to observe the mark of the man on the place going beyond its physical identification of the countryside, since its meaning is constructed by the symbolic. The Northeastern is therefore the result of this relationship and the result of an environment marked by its own characteristics; not a simple disconnected element of the socio-historical envelope that surrounds it, but a human being that constructs meaning, starting from the symbolic work, breaking with images mistakenly predefined, finally, becoming subject.

Keywords: Discourse. Literature. Meaning.

INTRODUÇÃO

*É preciso duvidar das colunas do Pantheon, da
beleza de Bach, das fórmulas de Einstein. (...)
E abrir todas as janelas para arejar o mundo.
(Renato Castelo Branco)*

É notável a importância de se fixar uma literatura autônoma, enquanto marcada por aspectos linguísticos, sociais e históricos, e de se entender, nela, o discurso utilizado como um comportamento social, portanto, sujeito a regras, e orientado, ocorrendo no tempo.

Esse discurso, como salienta Orlandi (2006), possui “tipos” ou “tipologias”, necessárias para a “metodologia da análise dos discursos” e também para a “adequação ao exemplar de linguagem que é objeto da análise”. Nesse sentido, incluem-se o discurso pedagógico, o político, o religioso, o científico, o literário, o teórico etc., não com o intuito de distingui-los apenas com relação aos seus domínios de conhecimento e generalidade, mas no que se refere às suas dimensões históricas e sociais.

Optou-se por trabalhar com o discurso literário, nessa dissertação, uma vez que este “reproduz algumas características da sociedade na qual foi constituído”. (CANDIDO, 1985), perpassando, assim, o simples conceito de “generalidade da tipologia” ao absorver o conceito de “interação”, conforme Orlandi (2006). O discurso literário, enquanto tipologia que reproduz a sociedade, apresenta o texto como unidade de significação, na medida em que torna evidentes as marcas do ambiente que é retratado.

É fato ainda, que do ponto de vista discursivo, é inviável que se façam interpretações de obras apenas sob o prisma do senso comum, da opinião pessoal ou da subjetividade do autor.

Fruto de muitas controvérsias e dificuldades quanto à sua própria importância teórica, desde 1990, quando vinha se constituindo, o Discurso Literário ocupa, na atualidade, um papel muito importante ao explicar, dentre outras coisas, o sentido da Teoria Literária da Análise de Discurso. Maingueneau (2010), a respeito dessa

autonomia da literatura como uma das produções discursivas de uma sociedade, postula que:

A pergunta que se refere à natureza das relações entre análise do discurso e literatura põe-se com acuidade específica, dado que a maior parte dos especialistas de literatura julga, ao mesmo tempo, ilegítimo e ineficiente utilizar o recurso de problemáticas da análise do discurso no seu domínio de estudo. Isso se deve, sem dúvida, em parte às pressuposições herdadas da estética romântica, que opunha literatura ao resto das outras produções discursivas de uma sociedade (MAINGUENEAU, 2010, p.20).

O discurso literário se apresenta como uma tipologia, mas vai além, uma vez que se refere à articulação entre a linguagem, o contexto e as determinações históricas e ideológicas, ou seja, às condições de produção do discurso, considerando-se relevante para a constituição do sentido essa interligação entre o linguístico e o sócio-histórico, numa abordagem sistemática que valoriza os fatores internos e externos. Para Pêcheux (1969), são seus elementos formadores o contexto e a situação, as formações imaginárias e o sujeito.

Essa é a razão pela qual se diz que o discurso é simbólico: “O sentido é história. O sujeito do discurso se faz (se significa) na/pela história. Assim, podemos compreender também que as palavras não estão ligadas às coisas diretamente, mas são o reflexo de uma evidência” (ORLANDI, 2007, p. 95).

A evidência das coisas, nesse sentido, ocorre por meio da inscrição na história e da própria ideologia, razão pela qual não se consideram palavras como estanques, ou isoladas, mas em sua relação com o meio, nesse processo, que é o Discurso.

Propomo-nos, nessa dissertação, a compreender como se constrói a imagem do nordestino, abrigado em terras piauienses, tomando como base a narrativa *Teodoro Bicanca*, de Renato Castelo Branco, uma obra regionalista, centrada em hábitos, costumes e peculiaridades do povo do sertão piauiense.

Nossa escolha por esse *corpus* se justifica pela necessidade e importância de valorizar nossa cultura, a nordestina, tão rica, mas tão desprezada, já que faz parte de um imaginário coletivo nacional o fato de o nordestino sempre ser visto como marginalizado e excluído por diversos aspectos sócio-históricos.

A importância de se estudar uma obra literária no seio do Discurso se justifica pela abordagem que vai além da simples decodificação de palavras em um texto.

Quer-se, aqui, compreender os sentidos produzidos pelos atos, dizeres, lugares e sujeitos inscritos na dimensão histórica, atravessando múltiplos contextos e passando por diversas modificações ao longo de sua constituição.

Trabalhar com discurso é lidar com a produção de sentidos, posições-sujeito, memória, dentre outros. Nesse meandro, a Literatura Piauiense, tão preta de sentidos, torna-se um rico material para uma análise discursiva.

No que se refere à organização do texto que ora se apresenta, no Capítulo I, tratamos de situar o leitor com relação ao percurso teórico e analítico da Análise de Discurso que, como linha teórica que estuda, entre outros elementos, a produção de sentidos, possibilita o entendimento do próprio funcionamento da língua em sua relação com os sujeitos.

Ao longo do Capítulo II, abordamos a constituição do arquivo com o qual trabalhamos. Como a AD trabalha com a ideia de funcionamento discursivo, não se pode tratar apenas de dados, mas de fatos; portanto, do arquivo, fundamental para uma análise discursiva. Nosso arquivo, como já dito anteriormente, constitui-se por recortes da narrativa piauiense *Teodoro Bicanca*.

Quando falamos em arquivo, remetemo-nos à ideia de guardar, de lembrar, de organizar para não esquecer. Uma pasta em computador, gavetas, bibliotecas, museus... aquilo por meio do qual podemos fazer uma análise e colher material para estudar algo. Na AD, o arquivo traz exatamente esse sentido, acrescido da ideia de que, através dele, o analista pode traçar seu caminho, fazendo a análise das sequências e formações discursivas, observando de que modo esse arquivo se constitui a partir de um trabalho de divisão social de leitura, cujos gestos de interpretações podem ser muitos.

No Capítulo III, tratamos da noção de Condições de Produção de uma maneira mais detalhada, considerando que é fundamental ressaltá-las quando se pensa em trabalhos discursivos, uma vez que o sócio-histórico está intimamente relacionado ao meio linguístico, de forma a constituir os dizeres. Não se pode, logo, analisar o romance *Teodoro Bicanca* sem considerar as condições de produção que permitem a construção da obra.

Se é importante considerarmos as formações discursivas para a compreensão de quem diz e o que diz, o estudo das condições de produção torna ainda mais clara a existência do discurso sob o viés histórico-discursivo; abordando,

entre outras coisas, as relações de força existentes na sociedade nordestina e as próprias condições de escrita da narrativa.

No Capítulo IV, buscamos descrever e interpretar a produção de sentidos, lançando mão de conceitos próprios à AD que nos permitem compreender os funcionamentos próprios do discurso em questão.

Ao falar de produção de sentidos, estamos ultrapassando o simples conceito de conhecimento ou informação, haja vista que se prioriza o próprio processo de compreensão de mundo, sob a constituição dos saberes, a relação com outros dizeres e a atividade do sujeito frente a esse mesmo mundo, inclusive designando e permitindo designar-se.

CAPÍTULO I - ANÁLISE DE DISCURSO: UMA ABORDAGEM GERAL

1. Percorso Histórico da Análise do Discurso

Diferentemente das outras áreas de estudo ligadas à Linguística, nos anos de 1960, a Análise de Discurso (AD) teve uma origem particular, em sua vertente francesa, com uma dupla articulação entre Michel Pêcheux e Jean Dubois, em um meio teórico-político que fomentou a constituição da disciplina. Embora hoje essa faceta já não esteja tão explícita, o que se verifica, num primeiro momento, é que a política fora o foco principal das análises desenvolvidas sob a perspectiva da Análise de Discurso em seus primórdios.

Nos anos 60, a Análise de Discurso ganha espaço, questionando o Marxismo, a Linguística e a Psicanálise. Michel Pêcheux, pelo seu ímpeto de criar a “máquina discursiva” e conferir à língua um caráter de formalização, relacionava o estudo das condições de produção aos processos de produção do discurso e determinava a noção de discurso sempre numa alusão à história não como cronologia, mas em sua espessura significativa.

Segundo Orlandi (2007), a Análise de Discurso iniciada nos anos 60 faz uma abordagem histórica, social, filosófica e linguística dos acontecimentos, no sentido de se evidenciarem as produções de sentido, criticando as práticas das Ciências Sociais e da Linguística vigentes naquela época.

O século XIX, período da constituição das Ciências Humanas e Sociais, é palco para a formação de uma definição de sujeito que hoje conhecemos. Àquela época, o sujeito era visto como “psicológico, calculável, visível”. Enquanto que, para a Análise de Discurso,

Tratar-se-ia de sujeito e linguagem pensados na relação com o inconsciente e com a ideologia, onde não há transparência, controle nem cálculo que possa apagar o equívoco, a imprevisibilidade e a opacidade constitutivos dessas noções sobre as quais se sustenta o conjunto de saberes que constituem o que chamamos Ciências Sociais, ou Humanas (ORLANDI, 1994, p. 54).

O sujeito é passível de falhas e equívocos e, na verdade, isso é que faz com que ele se constitua enquanto opaco, não transparente; que reflete o que pensa e profere seus dizeres, sem, no entanto, abrigar uma única interpretação, e podendo modificar suas posições ou seus modos de pensar, dizer e agir, dependendo do contexto, num processo inconsciente.

Ao passo em que as Ciências Sociais e a Linguística pensam em uma transparência do sujeito, a Análise do Discurso evidencia um sujeito inconsciente e que não remete um único sentido, portanto, opaco. O conhecimento, para a AD, é revestido no entremeio das Ciências Sociais e dos estudos da Linguagem, interpelado pelos estudos da historicidade e questionando, dentre outras coisas, a transparência do sujeito.

Essa transparência do sujeito, a opacidade, evidencia a forma material. Ao propor esse deslocamento, Orlandi (1994, p. 57) diz que o sujeito “não separa forma e conteúdo, mas trabalha a forma-material (em que o conteúdo se inscreve) e não a forma abstrata, que perpetuava a divisão: forma (linguística) / conteúdo (ciências sociais)”. Tais disciplinas que opõem linguagem e exterioridade negam a existência do discurso como uma materialidade, percorrendo os contextos linguísticos e históricos que, a propósito, ligam a linguagem à sua exterioridade.

Para Saussure (1974), a língua é um sistema de signos linguísticos que funciona segundo leis internas e próprias que em nada se relacionam com o que lhe é exterior, ou seja, o linguista anula a existência do sujeito; ele é apenas um usuário da língua já dada, e ele não tem, portanto, o direito de modificá-la, nem de intervir sobre ela.

Essa é a crítica feita às Ciências Sociais e à Linguística, uma vez que o período de início da Análise de Discurso propõe uma nova forma de leitura, que vai além da “relação ingênua” da “naturalização dos gestos de leitura” (Orlandi, 1994, p. 58). Faz-se, agora, uma leitura de mundo, como um trabalho que reproduz o histórico, o social, e que tem, na constituição dos sentidos a razão para se compreender as formas de saber.

Segundo a autora, diferentemente da Pragmática, o sujeito discursivo não realiza apenas atos. Estes, inseridos em um meio histórico-social, constituem-se de sentidos e passam a significar segundo uma carga ideológica. Por isso dizer que a “linguagem é uma prática (...) porque intervém no real” (ORLANDI, 2007).

Muitas e variadas questões a respeito do caráter prático conferido à língua têm sido levantadas, inclusive pela filosofia da linguagem, na figura de Mikhail Bakhtin, que instiga debates contemporâneos ao tratar da questão da consciência e do papel atribuído ao sujeito, baseado na interação com o outro. Bakhtin configura tais questões num ambiente sócio-discursivo-cultural, em que o discurso é mediado pela ação do sujeito e pela presença do outro. Ao fazer isso, conseqüentemente, seus estudos atacam as teorias reducionistas, a saber: a Linguística e a Psicologia.

Urge que façamos essa relação entre discurso e sentido, fugindo, também, da oposição estanque “língua x fala” proposta por Saussure, no início do século XX. Guilhaume (1964 *apud* BOONE; JOLY, 1996), um dos primeiros a tratar dessa associação, enfatiza que “dado que o discurso é o lugar do observável e a língua, um lugar de reconstrução teórica que corresponde a um movimento natural do pensamento, os efeitos de sentido nada mais são do que o resultado dos valores atribuídos pelo discurso ao significado em língua”.

No final dos anos 60, Michel Pêcheux retoma essa ideia, conforme Baronas (2005, p. 02) para o campo da então nascente “teoria do efeito de discurso”, cuja questão histórica é enfatizada no seio da interpretação dos discursos, considerando que o sentido sempre esteve, intrinsecamente, ligado ao Discurso.

Segundo a “teoria do efeito de sentido”, a ideologia é o que constrói o sentido, à medida que não há o “sentido por si mesmo”, mas como produto do meio histórico e social em que são produzidos e reproduzidos os dizeres, os enunciados, os discursos. Além do mais, esse sentido está sempre susceptível ao erro, à falha, o que contraria a noção de linearidade e/ou inflexibilidade da língua.

Todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda seqüência de enunciados é, pois, lingüisticamente descritível como uma série (lexicosintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação (PÊCHEUX, 1997, p. 53).

Finalmente, ao se consolidar, a Análise de Discurso adquire, conforme Maldidier, nas palavras de Orlandi (1997, p. 15), um “estatuto histórico próprio”. Como linha teórica que toma o discurso como o seu objeto fundamental, faz uma

abordagem histórica, social, filosófica e linguística dos acontecimentos, buscando evidenciar as produções de sentido para além do texto.

2. Definições da AD e a constituição dos sentidos

Falar em discurso é trabalhar com linguagem, história e ideologia. Com outras palavras, Pêcheux (*apud* MUSSALIM, 2001) afirma que a significação não é sistematicamente apreendida não por ser da ordem da língua, mas da ordem do discurso e, portanto, do sujeito, razão pela qual a Análise de Discurso possibilita o entendimento da ideologia para a formação do sujeito e, estudá-lo, sob essa perspectiva discursiva, explica o próprio funcionamento da língua para o homem.

Diferentemente de texto, “o discurso, por princípio, não se fecha” (ORLANDI, 2007, p. 71), ele é aberto, situado num espaço e tempo, contextualizado e construtor de imagens. O discurso possibilita essa relação da língua com a ideologia na constituição do sujeito, levando em conta aquilo que já foi dito.

Ideologia é aquilo que possibilita a relação palavra/coisa, entre o pensamento, a linguagem e o mundo, entre sujeito e sentido, entre língua e história. E, pensada no campo da linguagem, e não mais da sociologia, ela não se refere apenas à visão de mundo, mas ao processo de significação, ligado à interpretação. Além disso, prioriza-se na AD a forma-material, ou seja, o acontecimento do significante afetado pelo real da história (ORLANDI, 2001).

Segundo Orlandi (2007), a ideologia não é apenas um conjunto de representações, visão de mundo ou ocultação da realidade, mas efeito da relação necessária do sujeito com a língua, para que haja sentido. É com a interpelação ideológica do indivíduo em sujeito que se inaugura a discursividade e se apaga, por outro lado, a inscrição da língua na história. A ideologia é, assim, constitutiva tanto do sujeito quanto da produção dos sentidos.

As formações que são representadas, no discurso, pelas formações discursivas, são sempre representadas ideologicamente. Tudo que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços e é nesse sentido que o estudo do discurso explicita a maneira como linguagem e ideologia se articulam e se afetam em sua relação recíproca em face de diversas perspectivas.

Cabe evidenciar que a Análise de Discurso surgiu da necessidade de se estudar as significações sob várias perspectivas, não apenas no âmbito formal ou estrito da Gramática ou da própria Linguística, mas sob uma ótica do simbólico, que considera a linguagem como prática, como constituição do próprio sujeito, permeada por fatores sociais, subjetivos, culturais, históricos e discursivos. Ler é, nesse contexto, um trabalho social de interpretação e compreensão de sentidos.

É através desses fatores que o indivíduo deixa de ser um simples elemento desconectado do envolvimento sócio-histórico que o cerca e passa a construir sentidos, a partir do trabalho simbólico, tornando-se sujeito. Ou seja, o discurso possibilita uma interligação entre o homem e sua realidade natural e social, fazendo com que este seja dotado de elementos ideológicos e construa sua própria história. É mister falar, portanto, em sujeito.

O sujeito da Análise de Discurso, conforme Orlandi (2007), é o sujeito do inconsciente, múltiplo, considerado como posição, uma vez que o acontecimento é que possibilita a sua posição no discurso, significando-se pelo simbólico por meio das condições de produção e da própria constituição da memória, elementares para a compreensão e a circulação de sentidos. Logo, não se pode dissociar história e sociedade, haja vista que, consoante Orlandi (2007, p. 16), “o discurso é um objeto sócio-histórico”, e o próprio indivíduo só se torna sujeito mediante à sua inscrição na sociedade e na história.

A língua é feita pelos sujeitos e para sujeitos, portanto, é uma materialidade daquilo que é constituído por fatores ideológicos. Constitui a forma encarnada, não abstrata nem empírica, não se podendo separar forma e conteúdo; é a forma linguístico-histórica, significativa.

Pêcheux (1997) explica que não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia, sendo estes elementos, desse modo, decisórios para a produção de sentidos. Esta, por sua vez, não se efetiva através de uma troca linear de mensagem de um locutor para um receptor, mas com base em um processo de constituição do sujeito, que argumenta, produz a realidade.

Inobstante, esse sujeito não se constitui sozinho, nem tampouco se origina sozinho, ele é fruto de uma ligação com o outro. É fundamental pensar que nesta perspectiva, o sujeito, afetado pela ideologia, constitui-se a partir de uma relação com o outro, com o contexto em que está inserido e com a memória produzida sobre

ele e com a própria linguagem. Orlandi (2012, p. 100) já evidencia que “Ele, o sujeito, não poderia ser a origem de si”.

Quando falamos em sujeito, é importante salientar que ele é atravessado pela linguagem e pela história sob o modo do imaginário, materialmente dividido em sua constituição. E, na Análise de Discurso, o sujeito é sempre pensado como posição, o lugar. Os sujeitos são intercambiáveis e se efetivam dependendo da formação discursiva em que se está inscrito.

O discurso também não pode ser confundido com a fala, da dicotomia saussureana língua/fala, uma vez que não se trata de uma ocorrência casual, e nem um ato caracterizado simplesmente pela liberdade, pois é dotado de condicionantes e determinantes linguísticos e históricos, sendo a língua o que o possibilita.

O que faz a linguagem é a própria constituição do sentido, o que só pode ser de fato interpretado mediante um alicerce teórico, produções intelectuais que coloquem a interpretação em questão. Entendemos, a partir desse ponto de vista, que compreender o discurso é ir além de conceitos puramente linguísticos.

Orlandi (2007) esclarece que a Análise de Discurso, inobstante, trabalha os processos de significação com base em mecanismos e limites, não apenas na base da inteligibilidade e da interpretação, mas da compreensão, e de sua efetiva significação, enfatizando essa relação entre sujeito e sentido.

A noção de interpretação merece ser abordada uma vez que diversas teorias lhe conferem diferentes sentidos e, para a Análise de Discurso, interpretar é o que permite que haja sentido; ou seja, “não há sentido sem interpretação” (ORLANDI, 2012). Os gestos de interpretação correspondem à consequência da compreensão do sujeito-leitor.

Essa interpretação, na AD, parte do pressuposto de que “o dizer é aberto”, conforme Orlandi (2012), propício à incompletude e às falhas¹, aos equívocos, às rupturas, necessitando, dessa forma, de um trabalho de compreensão do discurso e de seus dispositivos de análise.

O papel do analista é, portanto, o de ativar seus conhecimentos e mobilizá-los em torno de questões que desencadeiam a análise, diferenciando-se dos demais, já que uma análise não é igual à outra. Outrossim, os diferentes sentidos são

¹ Quando falamos em falhas, tentamos recuperar a concepção de Pêcheux (1997) de que não há ritual sem falhas, num processo que mostra que os sentidos não são fixos e que a ideologia é um ritual propício a falhar.

compreendidos por meio da formação discursiva, uma vez inseridos em condições de produção diferentes, o que define, novamente, a tarefa do analista: observar as condições de produção e verificar o funcionamento da memória, remetendo o dizer a uma formação discursiva a fim de se compreender, de fato, o sentido ali produzido.

Daí entendermos como dispositivo teórico o individualizado pelo analista em uma análise específica; sua análise, a questão por ele posta, a natureza do seu material, sua prática de leitura e sua finalidade. Afinal de contas, de acordo com os estudos de Orlandi (2007), em AD deve-se trabalhar com o intercâmbio que se faz entre a superfície linguística e o objeto discursivo, método que consiste no fato de que o objeto discursivo não é dado, precisando do trabalho do analista, que converte a superfície linguística, o dado empírico de um discurso concreto, em um objeto teórico; um objeto de linguagem dessuperficializado, tomado em suas condições de produção.

Por condições de produção, ainda conforme a autora, entende-se o contexto de produção do discurso, em que é indispensável ressaltar a situação, os sujeitos, a memória discursiva e o interdiscurso. De acordo com os estudos pecheuxtianos, o sujeito é considerado como posição, e a memória discursiva, como aquilo que já foi dito, construído, relacionando-se com o interdiscurso.

As condições de produção estão ligadas à ideia própria da desigualdade, das diferenças que sustentam e justificam os dizeres e as relações sociais; as discrepâncias entre os homens e suas realidades e os sentidos que são a partir disso produzidos.

Sobre isso, Lopes (2009) afirma que

Trabalhar sob as injunções de que o sócio-histórico e o linguístico se relacionam de maneira constitutiva e não periférica, e, de que o que liga o dizer a sua exterioridade é constitutivo do dizer coloca como fundamental, para nossa análise, compreender as *condições de produção* dos discursos em questão (LOPES, 2009, p. 71).

Cabe, então, ratificarmos que o discurso, diferentemente do esquema linear de comunicação, não se trata de um comportamentalismo com relação de estímulo e resposta entre locutores ou uma mera transmissão, mas efeitos de sentidos,

produzidos por sujeitos simbólicos, em determinadas circunstâncias e afetados por suas memórias discursivas.

Para Orlandi (2007), é nesse momento que se pode analisar propriamente a discursividade, entrando no processo discursivo e saindo do produto acabado. A análise, aliás, visa justamente deslocar o sujeito em face desses efeitos, o que representa um movimento de compreensão sustentado em um primeiro momento de análise praticado por meio de um dispositivo analítico.

A produção de um discurso, que evidencie uma determinada postura ou posição em face de um momento histórico ou político ou social, parte das condições de produção e salienta a ideologia como força decisória, refletida naquilo que já foi dito, já foi construído. Trata-se da “memória discursiva”, termo de Pêcheux, salientado por Orlandi (2007, p. 31), como “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído”.

Como memória discursiva, entende-se aquela que só obtém características próprias quando pensada em relação ao discurso, sendo por isso tratada como interdiscurso. É o saber discursivo retomado sob o pré-construído, o já-dito, o que sustenta o próprio funcionamento do discurso.

É, portanto, fundamental observarmos que há uma relação direta entre o já-dito e o que se está dizendo, entre o intradiscurso e o interdiscurso, entre a constituição do sentido e sua formulação. Além disso, é essa memória discursiva, o interdiscurso, que determina aquilo que é relevante para a discursividade, dentro das condições de produção, mas não podemos confundir interdiscurso com intertexto, uma vez que este é apenas uma relação entre textos, e o interdiscurso se refere às formulações já ditas e esquecidas – um conjunto de “já-ditos” que sustenta todo o dizer; o que Courtine (1984) chama de “uma voz sem nome”.

Michel Pêcheux é o fundador da Análise de Discurso, teorizando sobre o confronto do político com o simbólico, na busca da compreensão do sentido determinado pelas questões de espaço e tempo das práticas humanas, repensando o conceito de subjetividade, ao criticar o sujeito intencional e como origem de si, e definindo o discurso como efeito de sentidos entre locutores, um objeto sócio-histórico em sua discursividade, a inscrição dos efeitos materiais da língua na história.

Pêcheux propõe um novo olhar sobre a linguagem, ao abordar o discurso como acontecimento e, inclusive, não o dissociando da estrutura. O certo é que ele introduz as noções de político, de situação e de sujeito, imprescindíveis ao próprio simbólico da língua. Em outras palavras, "a análise de discurso se confronta com a necessidade de abrir conjuntamente a problemática do simbólico e do político" (PÊCHEUX, 1982, p. 58).

Considerando a interpretação como objeto de reflexão, faz-se imprescindível enfatizarmos que essa inscrição da língua na história é o ponto determinante para que ela tenha, de fato, significado, deixando de ser um simples produto do acaso e passando a corresponder a um funcionamento. A ideia de funcionamento supõe a relação estrutura/acontecimento (PÊCHEUX, 1988), articulação do que é da ordem da língua e do que deriva de sua historicidade, relação entre o que, em linguagem, é considerado estável com o que é sujeito a equívoco.

Michel Pêcheux, estudioso da Análise de Discurso, teoriza como a linguagem está materializada na ideologia e manifestada na linguagem. Ele concebe o discurso, enquanto efeito de sentidos, como um lugar particular em que esta relação ocorre.

Pela análise do funcionamento discursivo, ele objetiva explicitar os mecanismos da determinação histórica dos processos de significação, propondo um estudo da linguagem por meio dos estudos dos entremeios, alojando os princípios teóricos por ele mesmo estabelecidos em regiões que podem parecer contraditórias, fazendo trabalhar a desconstrução e a construção em busca de uma compreensão incessante de seu objeto teórico.

Pêcheux propõe o estudo da língua considerando a estrutura e o acontecimento, perfazendo um percurso de análise dos acontecimentos. Orlandi (2011, p. 125) trata do funcionamento ao ressaltar que "em um discurso não só se representam os interlocutores, mas também a relação que eles mantêm com a formação ideológica".

Ao discutir a interpretação e o acontecimento, Michel Pêcheux evidencia a relação do meio histórico com o linguístico e a importância do sujeito. Orlandi (2011, p. 52) enfatiza que "um tipo de discurso resulta do funcionamento discursivo, a atividade estruturante de um discurso determinado", numa analogia à existência de interlocutores, falantes e finalidades específicas.

Não obstante, é relevante o papel da interação na construção do sentido discursivo, uma vez que não se pode desconsiderar a reciprocidade dentro do processo de comunicação, pois

Consideramos [...] que a atividade de dizer é tipificante: todo falante quando diz algo a alguém estabelece uma configuração para seu discurso. Não há discurso sem configuração como não há fala sem estilo. Da perspectiva da atividade, não se trata de um modelo que o falante preenche, mas sim de uma configuração que ele estabelece: não é um dado anterior, é o que se define na própria interação (ORLANDI, 2011, p. 153).

Pensando, assim, essa interação, podemos refletir a respeito de um encadeamento entre o estudo dos sentidos e as suas diversas formas de manifestação e transformação na sociedade. Nesse sentido, convém compreender o modo como a Literatura, enquanto discurso, funciona.

3. As possibilidades de leitura de nosso arquivo pelo viés da AD

O estudo de discursos literários é, em si, bastante amplo, principalmente se considerados aspectos como sujeito, sentido e as próprias condições de produção que sustentam os dizeres. A obra *Teodoro Bicanca*, tipicamente regionalista, é lida a partir do campo teórico da Análise de Discurso, uma vez que encerra em si diversos sentidos.

Explicitando aspectos como a formação histórica do nordestino, sua linguagem típica, costumes, tradições e outras peculiaridades, o romance expõe questões que podem ser analisadas pelo dispositivo discursivo, preconizando, especificamente, o contexto Nordeste.

No arquivo em foco, percebemos a marcação explícita das relações de dominação e subordinação, exercidas tanto no meio rural como urbano; aqui se fazem presentes as relações de força tão comuns em nossa sociedade e constitutivas das práticas de linguagem. Pensar na língua é pensar também na comunicação humana; é remontar ao fato de que nos instauramos enquanto sujeitos quando nos assujeitamos à língua para sermos sujeitos dela.

Embora o campo literário não se dedique à compreensão dos sentidos postos em funcionamento pela língua, sua produção nos permite compreender efeitos de sentido que circulam socialmente. Além disso, é próprio desta esfera buscar processos de identificação entre o texto e o leitor, fazendo com que o segundo adira ao discurso produzido.

Ao refletirmos sobre o discurso literário próprio ao nosso arquivo, constatamos que nele dá-se grande vulto às relações de poder que permeiam o meio nordestino, bem como os desejos e sentimentos reverberados por esse povo. Notamos que se enfocam fortemente questões que fazem parte de um imaginário coletivo acerca do nordestino - a vida oprimida de homens que lutam e sofrem em nome da sobrevivência, além da desigualdade social bastante presentificada.

Nesse contexto, outrossim, convém mencionarmos Foucault (1977), no relato de uma sociedade disciplinar, pautada no controle, na seleção e na classificação, fundamentando uma cadeia hierárquica. Nela, existe a necessidade de um vigia. A sociedade relatada no romance em questão é a de controle, vigiada por um “inspetor”, conforme explicita o filósofo, que controla os pensamentos e comportamento das pessoas.

Faz-se necessário, também, entendermos essas relações de poder na sociedade, pois elas determinam as posições e funções do sujeito. E, muito mais do que meras projeções de imposição, o poder representa uma maneira de organização da sociedade. Sobre isso, Foucault (1980 *apud* MAIA, 1995) diz que “entre cada ponto do corpo social, entre homem e mulher, entre membros de uma família, (...) entre cada um que sabe e cada um que não sabe, existem relações de poder”.

Foucault (1987) trata do poder como necessário à organização social, considerando, inclusive, que sem sua aplicação não se efetiva a ordem. Muito mais além, ele entende o poder como algo “natural”, inerente a todo ser humano.

Vimos como os processos da repartição disciplinar tinham seu lugar entre as técnicas contemporâneas de classificação e de enquadramento, e como eles aí introduziam o problema específico dos indivíduos e da multiplicidade. Do mesmo modo, os controles disciplinares da atividade encontram lugar em todas as pesquisas, teóricas ou práticas, sobre a máquina natural dos corpos; mas elas começaram a descobrir nisso processos específicos; o comportamento e suas exigências orgânicas vão pouco a pouco substituir a simples física do movimento. O corpo, do qual se requer que seja dócil até em suas mínimas operações, opõe e mostra as condições de funcionamento próprias a um organismo. O poder disciplinar tem por

correlato uma individualidade não só analítica e “celular”, mas também natural e “orgânica” (FOUCAULT, 1987, p. 181).

Quando nos filiamos a uma análise discursiva, tomamos o meio histórico-social para realizar tais abordagens. Ao falarmos nessas questões, referimo-nos à sociedade, aos sujeitos que interpelados ideologicamente dela fazem parte, ao assujeitamento e aos sentidos produzidos nos discursos. Nesse sentido, a análise dos protagonistas de *Teodoro Bicanca* deve ser feita com base no caráter sócio-histórico, partindo do princípio de que o sujeito constrói e produz sentidos a partir de seus dizeres, em sua relação com o outro, feita na e pela linguagem.

O discurso literário permite-nos compreender as condições de produção e circulação de sentidos, uma vez que é dinâmico, que circula e se transforma. Orlandi (2007) afirma que há a exteriorização dos sentidos a partir do lugar em que os dizeres são enunciados. A partir desses dizeres, dentro de um determinado lugar social, podemos evidenciar ideologias e sentidos e, conseqüentemente, concretizar práticas.

Nesse sentido, quando pensamos num trabalho de associação da perspectiva discursiva com o da literatura, não intencionamos trabalhar com toda a obra literária de Renato Castelo Branco, nem tampouco analisar todos os aspectos discursivos presentes nos romances regionalistas nordestinos. Nosso enfoque, ao analisar *Teodoro Bicanca*, centra-se, como dito anteriormente, nos efeitos de sentidos produzidos pelo romance no que tange à construção de uma imagem do sujeito nordestino e como este é designado nesta obra.

Para Orlandi (2007, p. 46), trabalhar com a ideologia é “produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência”; logo, tomamos o sujeito como um produto histórico e social, sofrendo as determinações do lugar social em que está inserido, assujeitando-se. O sujeito nordestino, assujeitado às imposições do sistema e do seu próprio destino, é um produto da história de formação de nosso povo, suas amarras e limitações são prenes de significação quando olhadas discursivamente.

A Análise do Discurso entende a linguagem como prática discursiva, na qual o homem se insere, que permite ao sujeito significar e significar-se. O discurso é prática, uma vez que possibilita a mediação entre o homem e a realidade social,

descrita e abordada pela Literatura, em suas vivas descrições de hábitos, costumes, características e personagens que, tomados pelo real da língua, tornam-se sujeitos.

Sobre isso, Pêcheux assegura que

As palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas [...] nas quais essas posições se inscrevem. Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.) (PÊCHEUX, 1997, p. 160).

Por sua vez, não existem requisitos e exigências clássicas para que se construa e se transmita uma mensagem, uma informação e se efetive o discurso. Este é, para esse autor, fruto de efeitos de sentido entre locutores, não existindo o sujeito intencional nem a evidência do sentido. Segundo Orlandi (2007, p. 47), O sentido é assim uma relação determinada pelo sujeito - afetado pela língua - com a história.

É oportuno salientarmos que para o questionamento desses efeitos de sentidos em um determinado componente social, é necessário considerarmos uma formação discursiva, já que o enunciado se inscreve na história, aponta para uma posição-sujeito e se relaciona com outros enunciados que o antecedem e o sucedem. A produção de um discurso, que revele uma determinada postura ou posição em face desse momento histórico ou político ou social, parte das condições de produção e salienta a ideologia como decisória à formação do sujeito.

Decisória porque é inevitável se recorrer a ela, considerando que o indivíduo, em quaisquer circunstâncias, é levado a interpretar, a buscar os sentidos, o que só ocorre por meio dessa carga ideológica. Associada à linguagem, a ideologia é condição necessária para que o sujeito se inscreva na História e signifique.

Consideremos, agora, a noção de assujeitamento na Análise de Discurso, em que os indivíduos são assujeitados, ou seja, dependem e são subordinados ao envolvimento socioeconômico em que vivem, bem como se sujeitam à língua para serem sujeitos dela. Na literatura, essa ideia se materializa, normalmente, nas relações

entre patrões e empregados, e na relação que os sujeitos estabelecem com o meio. Inclusive, os próprios discursos são fundamentados e produzidos seguindo essas determinações impostas pelo meio e pela sociedade. Sobre isso, Orlandi (2006) afirma que

o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe em si mesma (isto é, em uma relação transparente com a literalidade) mas ao contrário é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, as expressões, proposições são produzidas (ORLANDI, 2006, p. 05).

Não falamos o que queremos, mas o que devemos; o que a sociedade permite, o que já foi dito ou o que já tem sentido. Foucault (1996) estabelece a ideia de limite no sentido de que é preciso se obedecer às circunstâncias, já que “Não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 1996, p. 09).

Os limites, no romance analisado, não se restringem às barreiras econômicas, a partir das quais quem tem mais pode mais e tem maior liberdade. No discurso, os limites abarcam o poder dizer, a posição social em que o sujeito se encontra para poder dizer. Se o sujeito não fala de uma posição adequada, seu discurso, certamente, não será o mesmo, e seus impactos, ou mesmo reflexos, não terão validação, independentemente de poder aquisitivo ou financeiro

Logo, é nesse contexto que convém falarmos nas condições e limites como determinantes do que será dito em determinada época em uma sociedade, fato que se torna relevante para nossa análise, sendo fundamental para a compreensão dos efeitos de sentido produzidos pelo arquivo em questão.

CAPÍTULO II – DA CONSTITUIÇÃO DO ARQUIVO

1. O que é arquivo

Sendo o funcionamento a ideia central para os procedimentos da Análise de Discurso, é necessária uma efetiva observação do analista no intuito de compreender os sentidos. Orlandi (2007, p. 77) diz que essa noção leva o analista “a compreendê-lo pela observação dos processos e mecanismos de constituição de sentidos e de sujeitos, lançando mão da paráfrase e da metáfora como elementos que permitem um certo grau de operacionalização dos conceitos”.

E é essa operacionalização de conceitos, nessa sucessão de sentidos, que possibilita a construção dos significados diante do funcionamento da língua, uma vez que, na contramão de se pensar numa leitura superficialmente tratada apenas sob o âmbito dos literatos ou dos cientistas, a compreensão se alcança por meio de um “trabalho social da leitura”, em que se consideram os elementos culturais e ideológicos.

Nosso objetivo, ao utilizar esse arquivo, é o de realizar gestos de leitura de um arquivo intimamente regionalista, repleto de aspectos acerca de uma imagem do sujeito nordestino. Nossas análises são organizadas com base nos conceitos presentes nos capítulos do romance.

Tais conceitos se constroem com base em discursos anteriores, partindo do princípio de que, conforme Orlandi (2007), “Não há discurso fechado em si mesmo mas um processo discursivo do qual se podem recortar e analisar estados diferentes”. Trata-se de um ciclo, em que a sucessão de discursos é um processo de interdependência construído pelo próprio analista, ainda de acordo com a autora, com ênfase dada à materialidade linguística.

As leituras do romance nos possibilitaram chegar a um caminho metodológico, o dispositivo analítico, uma vez que, de acordo com Orlandi (2010),

O dispositivo analítico da interpretação é o dispositivo que cada analista constrói em cada análise específica. Determinado pelo dispositivo teórico, o

dispositivo analítico, por sua vez, vai depender da questão do analista, da natureza do material analisado, do objetivo do analista e da região teórica em que se inscreve o analista (ORLANDI, 2010, p. 26).

Ler um arquivo é compreender o espaço em que ele foi escrito, a sociedade à qual é dirigido e por quem foi produzido, os efeitos de sentido alcançados, os dizeres aos quais remete, enfim, é um reflexo da pluralidade que constitui a própria linguagem.

A ideia de arquivo, considerando esse “trabalho social de leitura” (ORLANDI, 2014), permite muito mais que considerar um texto em sua superfície, trata-se de uma leitura como processo de inscrição na história, na memória, no simbólico. Diferentemente de colher dados precisos ou informar quantitativamente com base em procedimentos, lidar com arquivo é uma “relação do arquivo com ele - mesmo, em uma série de conjunturas, trabalho da memória histórica em perpétuo confronto consigo mesma” (PÊCHEUX *apud* ORLANDI, 2014, p. 59).

Trabalhar com a relação descrição/ interpretação, atravessando a evidência de transparência da linguagem, da literalidade do sentido e da onipotência do sujeito e remetendo à opacidade da linguagem, ao descentramento do sujeito e ao efeito metafórico, coloca-se como basilar. Com base em Pêcheux (*apud* ORLANDI, 2014, p. 61), a leitura de arquivos percorre uma longa história, que vai desde a Idade Média, época em que o falar e o escrever representavam autoridade e um certo “apagamento” do sujeito, até nossos dias atuais, quando essa “originalidade” vem sendo renunciada.

Hoje, deparamo-nos com um novo estilo de trabalho de leitura, em que o sujeito não deve necessariamente agradar à Igreja, ou ao Estado, ou a qualquer instituição, mas corresponde aos múltiplos e variados modos de interpretação.

Logo, nos encontramos diante de uma nova divisão do trabalho de leitura, uma verdadeira reorganização social do trabalho intelectual, cujas consequências repercutirão diretamente sobre a relação de nossa sociedade com sua própria memória histórica (PÊCHEUX *apud* ORLANDI, 2014, p. 62).

Ler um arquivo é considerar os diversos fatores propícios à sua constituição; é destacar a política, a sociedade, a ideologia, dentre outros; descartar o discurso individual e puramente unívoco de sentido, bem como reconhecer a existência do contexto e dos diversos sentidos necessários à compreensão.

A leitura, sob a perspectiva discursiva, não é apenas um trabalho de decodificação, mas uma tarefa de constituição de sentidos. É exatamente isto que chamamos compreensão (ORLANDI, 1988), ou seja, a explicitação do modo como o discurso produz sentidos.

Logo, a constituição desse trabalho, a leitura, é baseada em uma perspectiva discursiva, em que o leitor se posiciona frente ao desafio de não conseguir delimitar, *a priori*, o sentido formulado. Consideramos, entretanto, como salienta Pêcheux (*apud* ORLANDI, 2014, p.65), que

A cultura “literária”, por sua familiaridade mesmo com o escrito, transporta consigo evidências de leitura que atravessam a materialidade do texto, sempre tido como linguisticamente transparente (...) O caso dos poetas, romancistas, escritores etc. é profissionalmente diferente, na medida em que, não tendo necessidade da pura narração de um pensamento, estes últimos são forçados a “habitar” sua língua sem se contentarem em marcar e reconhecer nela aparições/desaparecimentos de palavras, funcionando como menções, referências ou designações. De maneira que são, frequentemente, os poetas ou romancistas que “dão ideias” aos linguistas.

Socialmente instaurada, a Linguagem constitui uma prática norteadora do próprio desenvolvimento humano. Pensar na relação da compreensão de método no batimento entre teoria e análise para melhor compreendê-la implica que encaremos a leitura como algo que perpassa a materialidade e a unicidade de sentido do texto.

Não tratamos de *corpus*, como na análise de discurso clássica. A perspectiva atual trabalha com o arquivo, no sentido de que ele permite a compreensão por meio de múltiplos e diferenciados modos de leitura. Ordenado por uma “abrangência social”, conforme Guilhaumou e Maldidier (*apud* ORLANDI, 2014, p.170), ele não é um simples dado, mas um dispositivo de análise que possibilita várias interpretações e significados. “O arquivo não é um simples documento no qual se encontram referências; ele permite uma leitura que traz à tona dispositivos e configurações significantes”.

Os textos são vistos sob uma abordagem social, em um amplo campo de investigação. O interesse apenas pelos discursos doutrinários ou institucionais, agora se estende aos mais diversos setores passíveis de análise e compreensão.

Nossa prática atual de análise do discurso retoma as preocupações dos historiadores de mentalidades, que na construção de objetos como a morte, o medo, o amor, o profano e o sagrado, instalam, pela confrontação de séries arquivistas, regimes múltiplos de produção, circulação e leitura de texto (GUILHAUMOU; MALDIDIER *apud* ORLANDI, 2014, p.170).

Por ser um instrumento de análise de interesses sociais, o arquivo se encontra em constante construção e é propício a mudanças. Pode corroborar com um outro arquivo, ou apresentar divergências; o fato é que permite a compreensão do acontecimento.

Quando trata de “cotexto”, Guilhaumou e Maldidier se referem à extensão propiciada pela compreensão, graças à existência de um objeto de análise. Essa análise, inobstante, é feita com base em estratégias discursivas que vão além do *corpus*.

Trata-se, para nós, de um momento privilegiado: o da relação com a materialidade da língua, com a história, com o real. Contudo, não é na descrição sistemática do *corpus* que a análise do discurso, tal como se mostra historicamente, constrói suas provas. Isto ocorre, fundamentalmente, quando na análise, se chega às estratégias discursivas ligadas às relações de força numa conjuntura dada (GUILHAUMOU; MALDIDIER *apud* ORLANDI, 2014, p.177).

A relação aqui evidenciada é a do arquivo com a língua e o próprio discurso; quais os efeitos dentro da história, uma vez que esta é determinante para a construção das “provas” e ao entendimento das relações que sustentam as sociedades.

Levamos em consideração, para a análise, o que se diz, o que se pretende dizer e o que não foi dito. O arquivo, materializado no texto, reúne o jogo de sentidos abrigado nessa historicidade. Na verdade, conforme Orlandi (2012, p. 89), “O texto é parte de um processo discursivo mais abrangente”, ou seja, a leitura do texto, em si, não basta, e sim a compreensão do discurso.

Devemos dizer ainda, tal como Pêcheux (1994) salienta, que o trabalho de leitura de um arquivo se dá na medida em que há a relação entre a língua como sistema passível de jogo e a discursividade como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história. Sendo uma tarefa a se construir, os dados aqui informados são passíveis de contestações e a modificações. Não podemos, pois, delimitar um *corpus* e dele obter resultados precisos e definitivos, afinal o “por vir” é que determina esse ciclo que é a constituição de sentidos.

2. Nosso arquivo: *Teodoro Bicanca*, de Renato Castelo Branco

Teodoro Bicanca, de Renato Castelo Branco, foi publicado em 1948. De acordo com os estudos literários, é um romance dividido em 41 capítulos; uma obra regionalista, que aborda a história de um homem ambientado no Vale do Parnaíba, espaço cheio de interesses e ambições humanas e de riquezas naturais e culturais inigualáveis, com destaque, inclusive, para as fazendas semifeudais piauienses.

Numa época ainda não contaminada pelos atuais modelos de escrita consequentes da invasão tecnológica, nosso arquivo contempla elementos de ordem política, social e psicológica, além de tornar significativo esse sujeito nordestino frente à constituição dos sentidos. Não se trata, aqui, de um espetáculo, ou uma estratégia para atrair leitores, ou clientes, ou eleitores. Falamos em política, mas considerando que ela é parte da própria formação do povo nordestino. Sobre essa abordagem política nos discursos, Courtine (1999, p. 12) ressalta que

Não se faz a mesma Análise do Discurso político, quando a comunicação política consiste em comícios reunindo uma multidão em torno de um orador e quando toma a forma de talk-shows televisivos aos quais cada um assiste em casa. Também não se faz a mesma Análise do Discurso independentemente dos preconceitos, das compartimentalizações sociais e ideológicas, das polêmicas antigas ou recentes; tudo isso exerce suas restrições sobre o discurso das ciências humanas, na escolha de seus temas, na definição dos objetivos, na produção de recortes forma.

Na obra, existem tabus, regras, preconceitos, limitações. No entanto, há a construção de personagens que possuem princípios e pretensões e representam o

povo nordestino, independentemente dos estereótipos, uma vez inseridos nesse contexto de identificação por meio dos sentidos.

O mulato Teodoro Bicanca, homônimo da obra, passa a infância em Areia Branca, na fazenda do coronel Damasceno, aos cuidados de dona Hortência e de Siá Ana, vendo as humilhações sofridas pelo pai Damião, até a morte, e tendo sua paixão por Piedade completamente proibida pelo pai da menina, o Malaquias. Teodoro parte para Parnaíba, cresce, realiza o sonho de ser vareiro, é tomado por um sentimento de ódio e saudade e, finalmente, retorna à sua terra.

Teodoro é um moleque livre, exímio admirador do Rio Parnaíba; cheio de sonhos e planos, porém muito amargurado, principalmente ao presenciar, na fazenda, inúmeros casos de morte de trabalhadores por fome, pois Damasceno, o coronel, age muitas vezes como um homem impiedoso, embora tenha um bom coração e sua esposa, Hortência, muito religiosa, insista para que ele tenha um pouco de compaixão pelos servos.

Ainda com base no discurso literário, esse indivíduo cresce tomado por esse sentimento de insatisfação e revolta, o que faz com que ele adote determinadas posições condizentes com esse espaço social.

Teodoro Bicanca possui características literárias que o enquadrariam na segunda fase do Modernismo Brasileiro, equiparando-se aos textos de Graciliano Ramos e Jorge Amado, ao abordar a questão da seca, da pobreza do Nordeste e a relação de subordinação entre patrões e empregados, dentre outros.

Nesse ambiente de insatisfações, é narrada a história de uma família de retirantes do Ceará para o Piauí, lembrando a narrativa de João Cabral de Melo Neto - *Morte e vida Severina*, nacionalmente difundida, ao tratar da busca de melhores condições de vida e do relato minucioso da região do semiárido nordestino.

Com base nos preceitos literários, trata-se de uma obra com traços realistas, pois descreve a realidade local, o determinismo (a influência do meio sobre a vida dos personagens), as questões das lutas do proletariado (no caso, os agregados e os revolucionários) para fugir das terríveis situações em que vivem, e o uso, pelo autor, da função emotiva da linguagem, principalmente ao se referir aos sentimentos e emoções dos personagens, de regionalismos, ditados populares, questões de gêneros, o patriarcalismo da sociedade e costumes típicos do povo nordestino.

Nos quatro primeiros capítulos do livro, o protagonista, os lugares e os personagens principais são apresentados ao público-leitor: Teodoro tem como característica marcante a liberdade e o fato de admirar o Rio Parnaíba. O coronel Damasceno, apesar de ter uma alma boa, é um homem rígido e preocupado com os lucros, imperando na fazenda, local em que trabalhadores morrem de fome, apesar dos lamentos de sua esposa, Hortência. “Damasceno tinha pena dos flagelados, mas, argumentava, não podia era tirar a comida da boca de sua família para dar para eles”. (CASTELO BRANCO, 1948, p. 27).

Chega o momento em que o coronel deve mandá-los embora por não haver mais lugar para tantos agregados na fazenda, entretanto hesita em despedir Damião e Crispim, por considerá-los bons trabalhadores.

No Capítulo V, Damasceno viaja para Belo Pasto, onde tem uma outra fazenda, mas antes manda demitir os retirantes da fazenda, que partem para Parnaíba. Nesse capítulo, é apresentado o caboclo Antônio Ferreira, o qual, em um episódio, cura com três cusparadas na cara a bezerra de estimação do coronel.

Então Antonio Ferreira resolvera entrar em cena. Ele tinha o *corpo fechado*, que o benzera um feiticeiro famoso, de terras distantes. Sabia o que fazer. Manhã cedo, junto com Malaquias, dirigiu-se para o curral, onde haviam posto a bezerrinha. O animal lá estava, deitado. Antonio Ferreira aproximou-se, pegou a bezerra, abriu-lhe a boca e deu três cusparadas dentro, na goela. A bezerrinha estrebuchou, levantou-se e saiu correndo, completamente boa (CASTELO BRANCO, 1948, p. 34).

No Capítulo VI, é espalhada a notícia da chuva, da fartura que voltava para a localidade de Belo Pasto; os caboclos ficam felizes, e, Dona Hortência, junto com a nega Ana, organiza uma novena para apressar a vinda da chuva. Depois de falsos sinais, ao cair da tarde, cai a chuva também, retomando todo o sentimento de felicidade ao povo. “Os moleques da fazenda corriam debaixo d’água, gritavam, arrojavam-se à lama, nas poças d’água. E Damasceno (...) contemplava tudo sem dizer nada, um sorriso nos lábios, um brilho de ventura nos olhos”(CASTELO BRANCO, 1948, p. 40).

Ademais, durante os Capítulos VII e VIII, é relatada a positiva mudança provocada pela vinda da chuva na região de Areia Branca, bem como a vinda dos

vaqueiros e a repovoação daqueles pastos. Damião se oferece para ser vaqueiro, porém Damasceno não concorda, por considerá-lo velho para aquele serviço, e o encarrega do roçado, onde constrói, a exemplo de Crispim, uma palhoça e faz uma rede de palha para dormir com Teodoro. Os dois começam a trabalhar na vazante, enfrentando o sol forte da região.

Não tendo com quem deixar Teodoro, Damião o entrega aos cuidados de Siá Ana, negra respeitada, que costuma dar conselhos a todos da redondeza e curar doenças com cascas, raízes, fezes e salivas.

Suas curas milagrosas eram contadas às centenas e não havia doença para a qual não tivesse um remédio. Diziam que havia um quarto, em sua palhoça, cheio de mezinhas de toda natureza – cascas, raízes e folhas, nas mais variadas infusões (...) Siá Ana aceitou a incumbência com prazer e, com o tempo, Teodoro foi se habituando à sua carapinha, à sua perna seca, às suas longas saias de roda (CASTELO BRANCO, 1948, p. 47-49).

Ao longo do Capítulo X, é narrado o orgulho de Siá Ana por ver Teodoro, agora um moleque forte, aos cuidados seus e de suas rezinhas. Com o tempo, a velha não consegue mais mantê-lo em casa, principalmente depois de conhecer Piedade, filha de Malaquias.

No Capítulo XI, é narrada a colheita, época de esperanças para Damião, que junto com Crispim e com o filho, o qual já lhe ajuda nos trabalhos, buscam pagar o que devem ao seu senhor, aliás, uma quantia muito alta.

A desconfiança de Dona Hortência para com o marido é retratada ao longo do Capítulo XII, quando é constatada a gravidez de Onorina, filha de Malaquias; o pai fica furioso, ameaçando capar o homem responsável por aquela desgraça, e, depois os casar, como castigo aos dois. O coronel Damasceno fica desesperado e convence Antônio Ferreira, seu confidente, a se casar com a moça.

É época de cajus, encontrados por toda a parte; Teodoro e Piedade saem juntando os frutos e os homens adoecem de tanto chupar e comer cajus, tendo que recorrer aos remédios da velha Ana. Damião e Crispim passam por uma decepção: uma praga arruína a colheita, desanimando e entristecendo os caboclos, já que teriam de aguentar a indignação e as injúrias do coronel. Diante de toda a desgraça do trabalho perdido, Damião se embriaga e Crispim pensa em fugir.

No Capítulo XIV, o filho de Onorina nasce branco, o que deixa Dona Hortência bastante triste e a faz ficar trancada em seu oratório por dias, logo se espalhando por toda a redondeza o comentário de que ela ficara louca. Quando resolve sair do oratório, não encontra o marido, que há três dias anda nas estradas nas companhias de Nonato, Antônio Ferreira e Malaquias.

Finalmente, dona Hortência não resistiu mais e resolveu sair do oratório. Estava pálida e com os olhos inchados, que faziam seu rosto redondo e gordo parecer ainda mais gordo. Saiu com vergonha de encarar as caboclas da casa de telha e com mais vergonha ainda de encarar Damasceno, como se ela é que tivesse cometido alguma ação condenável. Mas não teve que enfrentar esse constrangimento, porque Damasceno há dois dias não aparecia em casa. Andava batendo as estradas e as caatingas, com Nonato, Antônio Ferreira e Malaquias” (CASTELO BRANCO, 1948, p.85-86).

O Capítulo XV relata a fuga do nego Crispim que, cansado da situação que vivia, foge e toca fogo em seu roçado, o que acaba atingindo, também, o roçado de Damião, que era vizinho deste. Damião ainda tenta salvar seus plantios, sem êxito, e se entrega, mais uma vez, à total tristeza.

No Capítulo XVI, é tempo de pó na fazenda, e o trabalho agora é o de cortar as folhas das palmeiras, coisa que Damião não pode mais fazer uma vez que o Coronel perdera toda a confiança nele e só o encarrega dos trabalhos mais humildes da fazenda.

Os Capítulos XVII e XVIII falam de Teodoro que, crescendo, é incorporado, por Dona Hortência, ao corpo de serviçais da casa de telha; seu sentimento por Piedade se torna mais profundo a cada dia, Siá Ana, solitária, desde que perdera seu nego, lamenta a vida que tem, o que causa pena em Teodoro.

No Capítulo XIX, Teodoro é o favorito de Dona Hortência, “pau pra toda obra” (CASTELO BRANCO, 1948, p. 105), mas triste por ver a situação do pai, fraco e desiludido, agora sempre bêbado e transformado na “mangação” de Areia Branca (CASTELO BRANCO, 1948, p. 107), até o dia em que é encontrado morto, boiando no rio.

Já nos Capítulos XX e XXI há uma grande reviravolta na trama: depois da morte de Damião, Teodoro passa a dormir na casa de telha, a mando de Dona

Hortência, mas, mesmo com conforto e comida farta, não se sente feliz, lembra-se do pai morto e das humilhações que passara quando em vida, e promete, para si mesmo, sair dali e ser um vareiro, levando Piedade.

Aliás, Piedade é seu único consolo, e os dois sonham em se casarem. Malaquias proíbe o namoro entre os dois e tendo-os surpreendido juntos, ameaça matar o garoto, que foge para Parnaíba, seguindo os conselhos de Siá Ana.

E ganhou a estrada, montado no jumentinho, pensando nas histórias de Siá Ana, em que o pai dava a bênção ao filho e mandava-o ganhar mundo. Havia já muitos anos ele saía assim, num jumentinho, da casa de Damião no sertão do Ceará. Então vinha fugindo da seca. Agora ele partia novamente, deixando sua Piedade, fugindo de Malaquias. Mas um dia ficaria homem e voltaria a Areia Branca para levar Piedade consigo e a nega Ana também” (CASTELO BRANCO, 1948, p. 151).

Em Parnaíba, Teodoro conhece Pé de Puba, um moleque de recado que trabalha numa casa de telha da cidade, cujo dono não era coronel, mas uma mulher, Dona Biluca. Inicialmente, Teodoro vende água, no seu jumentinho. No Capítulo XXIII, Teodoro já é um senhor de Parnaíba, conhece a cidade de cima para baixo, e fica na casa de Dona Quinoca, mãe de Pé de Puba, de aluguel.

Ele sente-se à vontade na palhoça, que fica na Coroa, próxima do rio. Acha o lugar animado, diferente da monotonia de Areia Branca. Consegue sucesso no trabalho de vender água, logo conquista seus fregueses, enturma-se com os demais garotos e se torna uma das figuras mais importantes das reuniões e dos jogos de futebol.

Num desses jogos, conhece Abedias, filho de seu Tenório e Dona Genoveva. Rapaz de família, mas que não gostava da vida da elite e sempre estava com o povaréu, brincava com os garotos, ensinava-lhes sobre a vida e sobre assuntos da escola. Essa amizade torna o mundo de Teodoro cada vez mais complexo, principalmente sobre a relação de dependência que rege os homens, desde os mais simples aos mais poderosos. Isso é narrado ao longo do Capítulo XXIV.

Com a convivência de Abedias, Teodoro ia compreendendo coisas que nunca lhe passariam pela cabeça. O mundo começava a se apresentar a

seus olhos de modo diferente. Não era mais composto apenas de coronéis e de agregados, dos que viviam nas casas de telha do centro da cidade, e dos que viviam nas palhoças da Coroa. Agora sabia que também nas casas de telha havia miséria, havia fome, havia impaludismo, havia doença (CASTELO BRANCO, 1948, p. 135).

Teodoro sai da casa de Dona Quinoca, abriga-se no cais, observando a vida e as orgias dos vareiros e, depois de um tempo, torna-se um deles, fazendo parte do *Caramuru*, uma barca da Companhia Fluvial. No Capítulo XXV, porém, uma grande enchente desgraça a vida de quem vive do mar, oferecendo perigos e atrasando as viagens.

Ao longo do Capítulo XXVI, Teodoro se sente cada vez mais familiarizado com o novo ambiente, as palhoças, tudo o faz lembrar Areia Branca. Ele sente saudades e, ao mesmo tempo, ódio, quando pensa em Malaquias, e tem vontade de voltar nadando, espancá-lo e levar Piedade consigo; porém, logo se acalma, já que não tem para onde levá-la, crescendo, assim, o desejo de fazer uma palhoça na Coroa, para morar com seu amor.

No Capítulo XXVII, Parnaíba fica cada vez mais longe e, Teodoro Bicanca, a bordo do “Gavião”, (CASTELO BRANCO, 1948, p. 149) carrega mercadorias. Ele reclama do cansaço, de dores, de um “chiado” (CASTELO BRANCO, 1948, p. 150) por dentro, mas gosta daquela vida, sente-se bem e livre, principalmente por não ter coronel, diferentemente do negro Leôncio, metido a valentão e insatisfeito com a vida que leva como vareiro.

O “Gavião”, no Capítulo XXVIII, aporta em União, cidade próxima a Teresina. Para o narrador (1948, p. 156), “União era muito menor e mais pobre que Parnaíba. Parecia até os Tucuns. As casas eram humildes e havia em tudo um ar de decadência”. Em uma saída, Teodoro conhece o proprietário do bar que lhe fala sobre um tal negro Crispim, “meio gira” (CASTELO BRANCO, 1948, p. 157), que vive nas ruas, o “Nêgo das Treis” (CASTELO BRANCO, 1948, p. 158). Teodoro o encontra e descobre que é o mesmo Crispim de Areia Branca e que ele está desmemoriado, a entoar: “Treis veis cantou o galo para São Pedro... treis terra conhece o nego Crispim... fiz meu roçado em treis rio... treis veis robaro de mim (...)” (CASTELO BRANCO, 1948, p.160).

Em Teresina, já no Capítulo XXIX, as cantigas de Zé Peinha fazem-no recordar a estranha canção do negro Crispim. Sente ódio de Damasceno e

Malaquias, saudades de Siá Ana e Piedade, ainda sonha em voltar e pegar a garota e, acreditando nas palavras de Abedias de que um dia reinaria a igualdade entre os homens, anseia pelo dia em que devolveria ao coronel todos os desaforos que ele dissera a Damião.

No Capítulo XXX, Abedias, que estava estudando em Teresina, volta a Parnaíba, bacharel em Direito, para orgulho de sua mãe, Dona Genoveva, e delírio das mocinhas casadouras da cidade. Isso indigna a senhora, já que ela deseja que seu filho case com Joanhina, filha do “seu” Carvalho. Teodoro, sabendo da chegada de Abedias, faz-lhe uma visita e é muito bem recebido pelo moço, o que também desagrada a Dona Genoveva, pois não gosta de ver seu filho a “andar com gatinha” (CASTELO BRANCO, 1948, p. 171).

No Capítulo XXXI, evidencia-se a vida submissa de Tenório, desde a época em que trabalhara para o coronel até agora subordinado a Dona Genoveva, que assumira o papel de líder da família, o que lhe dá o direito de impor ordens ao marido e ao filho.

É no Capítulo seguinte, o XXXII, que Abedias percebe a tristeza de Dona Genoveva, quem, para ele, representa um verdadeiro símbolo de moral. Ele agora é um doutor, no entanto, sente-se inseguro e indeciso, pois não quer desapontar seus pais e nem trair seus princípios. Retraídos com seu título, os velhos amigos se afastam e ele conhece Horceno Damasceno, médico formado que voltara a Parnaíba depois de uma jornada nos Estados Unidos, o que faz com que a rapaziada zombe dos dois. Abedias é firmado como advogado na Carvalho & Irmãos e aproxima-se de Joanhina, o que traz a Dona Genoveva uma imensa satisfação e a Abedias, uma sensação de sufocamento.

O Baile do Cassino é relatado, no Capítulo XXXIII, como o local onde se reúnem os rapazes, as moças da alta sociedade de Parnaíba, os coronéis, e ali todos sabem da vida do outro, ninguém perde um comentário. A chegada das famílias importantes é marcada com uma melodia, proferida pela banda de música. Quando Abedias e os pais adentram ao baile, a melodia é bem forte, pois quanto mais ilustre a família, mais vibrante o som; o moço sente-se visado por todos aqueles olhares e esquece até de dançar com Joanhina, que nesse momento rodopia com Domingão, na vontade de provocar ciúmes em Abedias. “O Baile do

“Cassino”, o clube de elite da cidade, era o objeto de todas as palestras daquele dia...” (CASTELO BRANCO, 1948, p. 183).

No Capítulo XXXIV, há a descrição de Domingão, um excelente jogador de futebol, no Parnaíba Foot-Ball Club, rival do Internacional, ele é um verdadeiro ídolo e, como sua fama, não ultrapassa os campos, ele usa desse prestígio para se promover cada vez mais e ser o centro das atenções; Joanhina aceita a corte, mas logo se separam.

No desenrolar do Capítulo XXXV, a ideia de Abedias de fundar o Sindicato dos Vareiros e Estivadores do Rio Parnaíba toma conta da cidade e esta se volta contra a sua “heresia”, menos Joanhina, que confessa ao moço confiar nele, e é nesse momento que ele passa a notar a formosura da moça, lamentando não ter percebido antes seus encantos, mas sem se arrepender dos rumos que escolhera para sua vida.

O Sindicato funciona no armazém quase em ruínas, do decadente coronel Binu, que alugara o prédio ao doutor por um preço irrisório. A associação cresce e ganha mais adeptos a cada dia, contrariando os maus comentários da sociedade, segundo a qual tal associação ameaça a tranquilidade e a segurança da população parnaibana.

Todavia, como é demonstrado no Capítulo XXXVII, os estivadores também demonstram descontentamento com o Sindicato por não verem cumpridas as promessas de melhores salários e melhor alimentação. Os principais instigadores do descontentamento são Leôncio e o Boca de Sovaco. Aproxima-se do 91º aniversário de Parnaíba e, tentando reconquistar a confiança dos homens, Abedias, treina-os para desfilar uniformizados no dia da comemoração.

Entretanto, no Capítulo XXXVIII, o prefeito, sob a pressão da opinião pública, recusa a colaboração do Sindicato e, vendo que os homens ameaçam participar à força do evento, permite que eles desfilem, só que em horário diferente dos colegiais. A cidade segue animada e festiva até o momento em que os vareiros e estivadores iniciam seu desfile, e Parnaíba se transforma numa cidade deserta e com medo da revolução. A única mulher que contempla o desfile é Joanhina, o que emociona Abedias; contudo, eles seguem, e, mais na frente, à rua central da Coroa, se unem aos homens.

No antepenúltimo capítulo da obra, os estivadores e vareiros se conscientizam do poder e força que exercem na cidade, a qual passa a ter pavor desse grupo de homens. Joanhina agora é vista sempre ao lado de Abedias, o que aumenta os rumores. Abedias, na “Caramuru”, segue para Teresina junto de Teodoro e Zé Peinha, amedrontado com os perigos da viagem, já que não lhes acompanham seus homens de confiança, tais como os mais violentos: Leôncio e Boca de Sovaco.

Teodoro admira Abedias e procura convencer seus companheiros de que devem lhe obedecer. Abedias é demitido da firma de seu Carvalho, Joanhina é mandada ao Rio pelo pai, dona Genoveva vive amargurada e Teodoro é vítima de um acidente.

No penúltimo capítulo, Abedias sente medo de que as tropas do estado dissolvam o Sindicato, sem deixar de acompanhar Teodoro em recuperação na Santa Casa. São presos Teodoro, Zé Peinha e o doutor, que se recusa a ficar em cela especial e assume toda a culpa pelo movimento. Aos poucos, a cidade volta ao normal, Abedias é remetido para a capital e os outros quatro prisioneiros são postos em liberdade.

Enfim, no último capítulo, o XLI, Teodoro Bicanca sai de Parnaíba em sentido contrário ao caminho que percorrera até chegar àquela cidade. Relembrando os momentos, as pessoas que passaram por sua vida, com o corpo ferido dos espancamentos na polícia, Bicanca marcha à frente dos vareiros, em destino a Areia Branca, onde encontraria Siá Ana para curar seu corpo e Piedade, sua alma. E o autor (1948, p. 237) finaliza o romance com a formulação: “São Paulo, junho de 1947”.

CAPÍTULO III - DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

1. Pensando as condições de produção em Teodoro Bicanca

O romance piauiense *Teodoro Bicanca*, de Renato Castelo Branco, é uma obra que evidencia o sujeito nordestino dentro de sua esfera constitutiva: o ambiente em que vive, o seu real. É nessa materialidade significativa que se produzem os sentidos e seus efeitos.

O ambiente aqui retratado representa essa esfera constitutiva, à medida que a fazenda, as margens do Rio Parnaíba, o Cassino, dentre outros espaços descritos, colocam-se como passíveis de interpretação, no sentido de se compreender as formulações inerentes ao sujeito marginalizado, ao superior, ao empregado, ao patrão. Essa esfera evidencia o material-político-simbólico. “Ela dá a inclinação do corpo” (ORLANI, 2004, p.28), constituindo o próprio acontecimento, ao inscrever-se na história, produzindo sentidos.

Renato Castelo Branco é, na literatura, um escritor de características ímpares, com 22 livros publicados, tendo cultivado os mais diversos gêneros: poesia, ficção, estudos arqueológicos, sociologia e história. Mas ele foi, sobretudo, um mestre do chamado romance histórico e escreveu, entre outras obras, uma trilogia de reconhecido mérito literário: *A Conquista dos Sertões de Dentro*, *Rio de Liberdade e Senhores e Escravos*. Daí o interesse por compreender os discursos constituídos no romance em questão, haja vista que as questões históricas, sociais e regionais (com ênfase no Nordeste) já foram outrora trabalhadas pelo autor.

Ao explicitarmos essa materialidade ideologicamente atravessada, representada pelo ambiente de constituição do sujeito nordestino, remontamos a Orlandi (2006) que reitera a posição de Pêcheux ao afirmar que em toda situação de linguagem os contextos funcionam conjuntamente, corroborando, para isso, as relações de força, uma vez que o lugar social é indispensável à compreensão do que é dito pelo sujeito.

Constatamos que o contexto sócio-histórico está intimamente relacionado ao meio linguístico, constituindo os dizeres. Nesse sentido, as relações de força

merecem ser mencionadas pois, conforme Orlandi (2007, p. 39), “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz”.

Ademais, Courtine (1982), ao tratar das “Condições de Produção”, reconhece que as origens dessa noção são de três ordens: primeiramente, a análise do conteúdo; depois, a sociolinguística e, por último, a referência a uma origem implícita. Quando se refere, pois, à sociolinguística como imprescindível à formação desse termo, Courtine (1982), segundo Lopes (2009, p. 51), trata de uma

origem indireta, pois visa a colocar em evidência o caráter sistemático da covariância de estruturas linguísticas e sociais e, eventualmente, a estabelecer uma relação de causa e efeito, admitindo como variáveis sociológicas o estado social do emissor, o estado social do destinatário, as condições sociais da situação de comunicação e os objetivos do pesquisador.

Não podemos, dessa forma, referir os aspectos linguísticos sem interligá-los aos sócio-históricos e sem relacionar o dizer aos seus elementos exteriores, afinal, as condições de produção, na acepção de Orlandi (2006), compreendem o sentido estrito: o aqui e o agora do dizer, e o sentido lato: o contexto sócio-histórico, ideológico.

Por condições de produção, entendemos a conjuntura que possibilita a compreensão dos sentidos por meio do sujeito e sua situação. Esta, logo, pode ser considerada, conforme Orlandi (2006, p. 15), em seu sentido estrito e em seu sentido lato. É sentido estrito “o aqui e o agora do dizer”, e sentido lato “o contexto sócio-histórico, ideológico, mais amplo”.

Em *Teodoro Bicanca*, o “sentido estrito” se refere às condições de vida do menino Teodoro, num momento em que sua família sai do Ceará rumo ao Piauí. Em “sentido lato”, podemos apontar a trajetória de vida de todos os homens descritos, mais propriamente, a vida do nordestino, maltratado pela terra descrita, em suas insatisfações, suas crenças, seus sonhos e frustrações.

Escrito em terceira pessoa, o romance fala de dentro de formações discursivas próximas dos sentidos do nordestino, à medida que ilustra sua imagem nos dizeres. Discursos que distinguem dominado e dominador: segregando, isolando, determinando. É uma sensível reprodução da realidade social por que

passam muitos dos nordestinos, simbolizando a tentativa de superação do estado previamente imposto. Em uma fusão de mecanismos imaginários, o sujeito se reveste numa forma material (que não lhe permite ser transparente) e assume uma posição.

Teodoro deixa sua posição de indivíduo e alça, atravessado ideologicamente, uma posição-sujeito que não mais o representa como apenas um menino, um mulato em meio ao ambiente opressor do sertão piauiense. Ele é a forma-sujeito desejante, um sujeito que se investe das agruras de um passado triste e amargurado para tentar romper com a determinação social daquilo que já lhe está posto.

Ao criar a “máquina discursiva”, que atribui à língua esse caráter de formalização, Michel Pêcheux possibilita essa relação do estudo das condições de produção e os processos de produção do discurso, determinando a noção de discurso sempre numa alusão à história não como cronologia, mas em sua espessura significante.

O sujeito nordestino, o espaço nordestino, o discurso nordestino, a Memória do Nordeste... essas foram nossas condições de produção determinantes para que chegássemos a essa espessura, que constitui o próprio dizer. Não podemos tratar desse sujeito e suas múltiplas facetas sem considerar a ideia totalizadora, constitutiva. A imposição de uma imagem apaga a existência do outro e não traduz a diversidade do cotidiano popular.

Constituintes dos discursos, as condições de produção estão intimamente ligadas às relação de sentidos, numa alusão à interdependência que os discursos possuem entre si. Sobre isso, Orlandi (2007, p. 39) diz que “não há discurso que não se relacione com outros”, significando que todo dizer está relacionado a outro proferido anteriormente, funcionando como uma espécie de ciclo, em que, segundo a autora, “não há começo absoluto nem ponto final”.

Teodoro vive a descoberta do amor por Piedade, filha de Malaquias, capanga de Damasceno, que ameaça matá-lo ao descobrir o namoro. “... mas Malaquias não acreditou muito. Chegou em casa e chamou Piedade. Que se ainda a visse com aquele moleque dava-lhe uma surra que ela ficaria um mês deitada em folha de bananeira” (CASTELO BRANCO, 1948, p. 113). O namoro proibido assemelha-se

ao de Romeu e Julieta, de Shakespeare, o que alimenta ainda mais o sentimento entre os jovens.

Dentre as injunções sócio-históricas, vemos funcionar em *Teodoro Bicanca* a questão do determinismo, em que o meio influencia o comportamento dos homens, razão pela qual os agregados, apesar de descontentes com a situação de miséria em que vivem e à qual são subordinados, não travam batalhas e até consideram o coronel Damasceno um “homem bom”, ou seja, enquadram-se nos ditames postos e enunciam a partir de uma posição que não demonstra descontentamento com relação ao patrão – é como se as dificuldades da vida fossem sumariamente descoladas da figura do patrão enquanto indivíduo, as coisas seriam como são, pois devem ser assim, nota-se o forte funcionamento de um determinismo que fada o agregado à vida dura.

Na Análise de Discurso, esse sujeito é afetado pela língua ao se constituir na história. Segundo Orlandi (2007, p. 46), “o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer”. Assim, na obra estudada, evidenciam-se sujeitos submissos à situação de pobreza, no entanto, resignados a ela; como se a eles não coubesse o direito à fala, o direito a reclamar da conjuntura de vida em que se inserem. Os personagens da prosa anseiam por ascensão, em contrapartida aos ideais feudais de imobilidade social, porém o que se abstrai dos discursos desses sujeitos é que a própria História do Piauí é formada por ocultamento de vozes, miséria e opressão.

São personagens conformados, apesar de indignados com algumas injustiças. Mas o seu inconformismo refere-se apenas à vontade de poder sobreviver com mais dignidade. Não pretendem acumular riquezas nem se tornarem detentores de poder. A eles basta poder ir e vir sem ter que se justificar a todo momento e, por isso, pagar altos preços.

Em outra parte do livro, quando da descrição de um dos jogos de futebol dos quais costumava participar, como dito no capítulo anterior, Teodoro conhece Abedias, filho de seu Tenório e Dona Genoveva. Rapaz de família, mas que não gosta da vida da elite e sempre está com o povaréu, brinca com os garotos, ensina-lhes sobre a vida e sobre assuntos da escola. Essa amizade torna o mundo de Teodoro cada vez mais complexo, principalmente sobre a relação de dependência que rege os homens, desde os mais simples aos mais poderosos.

A convivência com Abedias, ao longo do Capítulo XXIV, faz com que Teodoro comece a compreender as injustiças às quais está submetido e as coisas ganham outro sentido para ele: “O mundo começava a se apresentar a seus olhos de modo diferente” (CASTELO BRANCO, 1948, p. 135). Existe opressão, hierarquia, desigualdades entre os homens, num mundo “do bicho maior comendo o menor” (CASTELO BRANCO, 1948, p. 135).

A rotina exaustiva dos agregados e empregados da casa de telha é uma reprodução do trabalho escravo, o que faz com que a obra adquira traços exclusivos, em terras piauienses, e seja uma referência importante para a compreensão da identidade desse povo e do povo nordestino, de modo geral.

2. Das relações de força na obra

As relações de força corroboram a divisão de classes e estabelecem a hierarquia dentro de uma sociedade, em que uns ostentam mais respeito e consideração que outros, devido ao lugar que ocupam socialmente. Ainda de acordo com Orlandi (2007, p. 40), “como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, há relações de força sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na comunicação”.

Tratando dessa hierarquia, convém ressaltar a figura do coronel Damasceno, morador da *casa de telha*, local em que gente morria de fome e sofria maus tratos. Como já dito, ele era um homem bom, mas seu *status* social o obrigava a ignorar certas situações. Segundo Orlandi (2007), é no “jogo imaginário” que se “preside a troca de palavras”. Pensando nisso, é importante ressaltar que, por meio da obra, soubemos que o Coronel Damasceno é tratado com idolatria pelos empregados e flagelados, por mais que incorpore essa figura de homem temido por sua patente e suas posses.

No tocante a essa imagem do patrão feita pelos empregados, é fundamental ressaltarmos a “antecipação”, ainda conforme Orlandi (2007), uma vez que não se pode passar despercebida “a imagem que o locutor faz da imagem que seu interlocutor faz dele”. No capítulo XII do romance, em que o coronel engravida Onorina, a filha de Malaquias e, diante da fúria do pai e de seu desejo de “capar” o

responsável por aquela desgraça, o coronel convence Antônio Ferreira, seu confidente, a assumir o feito e casar com a moça, usando, para isso, de seu poder e autoridade. Vemos aqui o funcionamento de um imaginário coletivo que coloca o coronel em uma outra posição que justificaria e permitiria determinadas ações.

(...) por fim Onorina era uma cabocla bonita, podia fazer a felicidade de um homem. Por que Antonio Ferreira não aproveitava para casar com ela? Afinal ele já estava em tempo de casar e por aquelas redondezas não havia cabocla mais bonita do que a Onorina. E depois, ele estava mesmo pretendendo, aquele ano, mandar ferrar umas duas ou três novilhas para Antonio Ferreira, pelos seus bons serviços, e um home quando começa a ter posses precisa também ter família (...) (CASTELO BRANCO, 1948, p. 75)

Damasceno usa de seus atributos e sua posição social para convencer Antonio Ferreira a se casar com a moça, livrando-se, assim, das ameaças de Malaquias, que estava “desanimado de encontrar o miserável e ia fazer uma encomenda a Siá Ana para “capar o bicho pelo rastro” (CASTELO BRANCO, 1948, p.74).

O coronel fala de um lugar a partir do qual suas palavras exercem poder e influência sobre o seu empregado; a fala dele, assim, é significada a partir de um lugar outro, pautado pela legitimação. Essas posições, na Análise de Discurso, remetem não mais às situações empíricas, mas sim àquelas ocupadas pelo sujeito no discurso. E, conforme Orlandi (2007, p. 40), “elas significam em relação ao contexto sócio-histórico e à memória”.

As condições de produção, assim, são construídas com base nessas posições, justamente pelas marcas dos lugares sociais e suas representações. Elas devem aparecer também no que denominamos tomadas de posição. (PÊCHEUX, 1997) ou modos de subjetivação.

Todavia, não podemos analisar o romance *Teodoro Bicanca* sem considerar algumas injunções próprias à cultura do povo nordestino, bem como as suas formas de tratamento, impostas tanto pela posição social quanto pelo reconhecimento em meio à sociedade. Siá Ana, por exemplo, é respeitada na região pelos feitos em prol de seus habitantes e, embora uma mulher simples e sem riquezas materiais, é tratada com respeito e estima pelos caboclos.

E, quando saía pela estrada, com a carapinha branca rebrilhando ao sol, os caboclos que cruzavam por ela cumprimentavam com respeito, se descobrindo. Só Siá Ana tinha estas honras, além do pessoal da casa de telha. Porque seu poder era quase tão grande quanto o do coronel (CASTELO BRANCO, 1948, p. 47).

Siá Ana não possuía bens, não tinha criados nem tampouco acumulava riquezas materiais, mas era seu poder indiscutível, sendo exemplo para os homens da fazenda e digna de dar conselhos a todos. Seu poder era quase tão grande quanto o do coronel, representando a figura de mulher nordestina: firme, forte e destemida. Teodoro, inclusive, tem orgulho da confiança que a mulher deposita nele, considerando ser ela respeitada por todos.

Teodoro tinha uma indefinida noção da importância dos segredos que ouvia e sentia-se orgulhoso da confiança de Siá Ana. Vía o respeito que todos tinham por ela e compreendia vagamente que era o único merecedor de suas confidências. Por isso não dava uma palavra a ninguém sobre o que ouvia, ao cair da noite, quando a nega Ana ficava lhe contando aquelas histórias bonitas, que não tinham fim (CASTELO BRANCO, 1948, p. 58).

Sendo o lugar do enunciador decisivo para a constituição do seu discurso, percebe-se na fala de Siá Ana traços típicos da formação discursiva a partir da qual se enuncia a típica mulher nordestina, madura, experiente, preocupada com o próximo e cheia de superstições e hábitos que lhe consagram respeito e admiração por todos ao seu redor.

É ela quem cuida de Teodoro, quem lhe cura as enfermidades e o trata como um filho:

Quando Damião o entregara aos seus cuidados, Teodoro estava pançudo de vermes e tinha as pernas secas de fome. As costelas, dizia Siá Ana, estavam tão de fora que se podia tocar viola e as faces eram pálidas e macilentas como se ele estivesse com sezão. (...) e haja chá de pega-pinto, de casca de quina, de quanta raiz ela conhecia (...) (CASTELO BRANCO, 1948, p. 57).

Inclusive, por ser “curandeira” (CASTELO BRANCO, 1948, p. 34) e muito ligada à religiosidade, ela acreditava que a vinda da chuva tinha relação com os atos dos homens aqui na Terra, proferindo enunciados que fortaleciam ainda mais sua condição de mulher religiosa e dona de poder diante da comunidade: “Cabras burros... negos ordinários (...). Quem nasce pra cachorro, morre latindo...” (CASTELO BRANCO, 1948, p. 39).

Seus ditados e dizeres exercem poder entre os homens, que a veem como exemplo de vida e experiência. Ao dizer que “quem nasce pra cachorro, morre latindo”, Siá Ana faz uma nítida alusão aos preceitos feudelistas de imobilidade social, da impossibilidade de ascensão. Afinal, nesse ambiente de opressão e humilhações, o destino de cada um já é traçado a partir de seu nascimento.

No entanto, o homem, embora pobre, predestinado a ser pobre a vida toda, deve demonstrar trabalho e força para fugir da resignação. Do contrário, ele é esse ser “ordinário” mesmo, sem moral perante a sociedade e a família. Siá Ana, da sua posição de mulher detentora de saber, profere, dentre vários, esse discurso, que traduz a sua relação de força exercida no ambiente.

Há uma alusão, aqui, à ideia religiosa de que só o trabalho dignifica o homem, ainda que seja ele braçal, sofrível, ou mesmo considerado inferior. Por trás de Siá Ana fala a religião, a Igreja, a própria voz nordestina que prima pela luta, pelo suor, pelo trabalho, como forma de alcance de objetivos.

Algo bastante constitutivo de *Teodoro Bicanca* é o poder do Rio Parnaíba, tido como sagrado. “Ninguém podia com o rio. Ele era mais forte que todos” (CASTELO BRANCO, 1948, p 11), com suas águas que dominam, curam e são dignas de admiração e apreço.

O “Velho Monge”, como é popularmente conhecido, representa a força e o poder para os vareiros, uma vez que encontram nele a própria sobrevivência. Para esses homens que ganham a vida com as águas do Rio, ele é mais poderoso e maior que o mar.

O mar era uma palavra estranha (...) Os vareiros diziam que o mar era imenso, maior que o Parnaíba, e que tinha ondas, montanhas d'água se levantando. Mas como podia ser uma montanha d'água? Como é que a água podia se agüentar empinada como um morro e não se derramar? Não. Aquilo era conversa dos vareiros, para *inticar* com ele. E era *potoca*, também, dizer que o mar era maior que o Parnaíba. Não podia haver nada

maior que o Parnaíba (...) nada era maior que o rio – o rio que vencia os vaqueiros, que vencia os caboclos da roça, que vencia os coronéis (CASTELO BRANCO, 1948, p. 12-13).

O rio é um ser. Nada é maior que ele, nem pode subverter sua força. Os coronéis têm patente, voz, poder; no entanto, são seres humanos, são mortais. O rio não, ele é tido, pelos vareiros, como sagrado, como fonte de inspiração, de fé, de idolatria, de sobrevivência.

A expressão “velho monge” parte da ideia de que esse rio é considerado sagrado, digno de devoção, sendo determinante na paisagem e na vida da população. Gandara (2008, p.116), tratando desse poder do Parnaíba, descreve:

O rio Parnaíba, tal como o destino humano, tem seus momentos de grandeza e de glórias, e também os seus instantes dolorosos de depressão. Em algumas entortas, impetuoso e potente se define e empalidece, e assim, seguindo o seu curso, ora ruidoso e turbulento, ora suave quase desfalecido como nas canções, correndo a espaço-tempo, por detrás dos prolongamentos, serras, cachoeiras, que parece apresentar de longe as armas do seu correr ao intruso, sofre como as pessoas. Sabemos o rio Parnaíba viveu/vive de esforço épico, de lembrança de longe. Também as vozes de derrota e de gesta, de partida dolorosa para lá do mar, e de regresso do largo para depois sentir a exigüidade da terra. Há ainda as do lamento vindo da raiz piauiense mais funda. Há aquelas vozes de aviso e outras de superação que se levantam. Além das vozes humanas que lhe emprestaram os poetas há aquelas, ora de águas claras soluçantes ora de roncaria do rio selvagem em tempo de cheia.

Em tempos de cheia, era perceptível o descontentamento dos caboclos que, diante da fúria do rio, nada podiam fazer. Gados morriam, perdiam-se plantações e colheitas. No entanto, o fascínio de Teodoro pelo Velho Monge era tão grande que ele se sentia feliz diante das desgraças.

Um dia, Teodoro ouvira, num comício na praça pública, um moço recitar os versos de um poeta. E Teodoro nunca mais esquecera aquela frase: “O Parnaíba, velho monge, as barbas brancas alongando...” Sim, o Parnaíba devia ser bem velho. Que idade teria o Parnaíba? Desde quando suas águas poderosas dominavam tudo: dominavam o vaqueiro, dominavam os caboclos das roças, dominavam os coronéis? Certamente desde o começo do mundo (CASTELO BRANCO, 1948, p. 11).

A obra consegue captar essa ideia de que a relação simbólica que existe entre o homem e a natureza não foge à formação do povo piauiense, mesmo nas adversidades. O Parnaíba, para esse povo, representa algo com relação à sua cultura, um símbolo de força e conquistas. E se torna o símbolo das denúncias das desigualdades sociais, beleza e esperança que representa.

Se chove demais, as ruínas são certas; se não chove, a carência é imensa. O Parnaíba é uma espécie de bússola para os vareiros e para todos os que veem nele sua fonte de vida. Motivo de grandes tristezas a grandes glórias, suas águas carregam tanta história e poder que Siá Ana conta a história de que a barca de Noé tenha salvado as pessoas de uma enchente provocada por ele. Inclusive, “Noé devia ser um vareiro muito valente e muito forte – o único homem capaz de dominar o rio” (CASTELO BRANCO, 1948, p. 12).

O real dessa passagem bíblica trata da incumbência de salvar vidas dada a um homem considerado forte, destemido e capaz, e são exatamente essas as características que definem um bom vareiro. Em sua labuta diária, ele deve se manter forte perante as intempéries, sejam elas da natureza ou do meio social em que vive, demonstrando, sempre, o espírito de superação e garra.

Essas relações de força constituem a sociedade nordestina: suas divisões, camadas, imagens e crenças, sustentando os dizeres e os discursos proferidos pelo sujeito nordestino, inserido em condições de produção diversas, inclusive aquelas que possibilitam a própria escrita da obra.

3. Condições de produção da escrita da obra

Renato Pires Castelo Branco nasceu em Parnaíba-PI, em 1912; advogado e considerado um dos mais importantes publicitários brasileiros, iniciou sua vida como publicitário. Mesmo tendo dedicado grande parte de sua vida à publicidade (cerca de 50 anos), Renato Castelo Branco nunca abandonou os traços literários que o marcam e, mesmo tendo permanecido por muito tempo fora de sua terra, o Piauí, sempre cultivou as marcas de identidades piauienses, do caboclo nordestino, da simplicidade na linguagem e na alma, voltando-se para a produção de romances históricos. “Renato Castelo Branco é um dos nossos grandes escritores. É um

pesquisador nato, um homem que esmiúça os fatos e vai até a origem das coisas”, conforme define Novak (1983 *apud* NETO, 2000, p. 53).

Em *Teodoro Bicanca*, Renato Castelo Branco não fez apenas um relato literário, mas possibilitou a produção de sentidos acerca dos sujeitos nordestinos, reproduzindo fatos, episódios e acontecimentos, além de externar sua indignação com a situação de pobreza e miséria vivida por esse povo.

Retratando a vida de retirantes vindos do Ceará para o Piauí, na década de 30, faz uma abordagem histórica e de conflitos. Ao abordar o trabalho escravo e as humilhantes condições de trabalho e de sobrevivência, para não mencionar a constituição da identidade e da imagem do sujeito nordestino, percebemos que o autor enuncia de um lugar não muito distante da realidade descrita.

Pensando as condições de produção da obra, convém compreender o momento histórico a partir do qual se constrói a ambientação do romance. É, pois, interessante destacar que num movimento de oposição ao ambiente retratado no livro, a década de 30, no Piauí, representou um período de advento dos cursos superiores e da busca do ensino para melhoria de vida e reconhecimento social.

(...) não havia consenso sobre a necessidade da escolarização para a formação dos jovens rapazes em homens adultos. No entanto, mostram também que o acesso à escolarização e à formação secundária e mesmo superior foi, no período em estudo, ganhando espaço como caminho de subjetivação masculina, particularmente nos grupos de elite e médios da sociedade. Caminho, algumas vezes, dificultado pelas resistências impostas pela mentalidade arraigada, que continuava acreditando que um homem se construía na vida prática, no aprendizado direto com os adultos (CASTELO BRANCO, 2006, p. 137).

Vemos essa possibilidade do ensino superior figurar nos trechos de nosso arquivo, quando ao tratar de Abedias, reforça-se que ele retorna para Parnaíba “doutor”, bacharel em Direito. Nessa época, o processo de escolarização se dava na capital, Teresina, para onde iam os filhos das famílias ricas; isso porque estudar e se formar era mérito para poucos. Além disso, representava grande esforço para a família, que sacrificava muitas coisas em nome dessa conquista.

Esse processo de fortalecimento das instituições de ensino em Teresina ganha impulso no final do século XIX, com a chegada de novos bacharéis formados fora do Estado e que, em grande medida, tomarão parte nas iniciativas educacionais. Tratava-se, na maioria, de bacharéis que voltavam de Pernambuco, da Bahia e do Rio de Janeiro, formados em Direito, Medicina, Engenharia e Farmácia. Estes bacharéis tornavam-se exemplos de que o percurso que levava à formatura superior era uma possibilidade real, que necessariamente passava por sacrifícios familiares, mas que poderia trazer ganhos compensadores. A maior oferta de ensino secundário propiciará que outros jovens vejam na escola um percurso possível e necessário ao aprimoramento e formação pessoal (CASTELO BRANCO, 2006, p. 131).

No romance analisado, Teodoro demonstra admiração por Abedias, pela sua garra e inteligência, até se orgulha e envaidece-se por tê-lo como amigo; no entanto, o seu sonho é se tornar vareiro, é poder viver ao lado de sua amada, é vingar a morte do pai. Ou seja, esse desejo de lograr êxito e sucesso no meio acadêmico não produz efeitos, seus sonhos são aqueles possíveis, aqueles ditos para alguém de sua origem.

Outro acontecimento histórico que não pode deixar de ser mencionado no tocante ao tempo que antecede a textualização de Teodoro Bicanca é a Revolução de 1930, que propiciou inúmeras mudanças em todo o país. Liderado pelos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, inconformados com a eleição do presidente Júlio Prestes, tendo, inclusive, posto fim à República Velha, o movimento provocou no Piauí desejos de mudança relativos ao campo da cultura.

A Revolução de 1930 provocou mudanças nas estruturas políticas, econômicas, sociais e culturais do Brasil. O Piauí também compartilhava com o descontentamento geral que havia no país nessa década, o qual se fazia sentir com maior intensidade nos meios urbanos. Dentre as mudanças processadas na capital piauiense destacaram-se as que concernem ao campo da cultura. A partir de uma abordagem das fontes hemerográficas e da documentação oficial foi possível identificar que a educação era o centro das preocupações dos governantes, dos intelectuais e da imprensa da época (SOARES, 2013, p. 01)

Tem a educação, portanto, um papel muito importante nesse contexto, principalmente por se relacionar à própria formação do estado e sua organização

política, social e familiar. Diante da crise financeira, o governo e o povo passaram a crer que investimentos no setor da educação poderiam modificar a situação.

Ao analisar aspectos do fenômeno educacional piauiense, foi possível notarmos discussões em torno de um modelo de educação que se ajustasse às necessidades econômicas e sociais de Teresina, assim como da sociedade brasileira em geral (NUNES, 1988, p.29). E esse interesse não se restringia apenas ao Ensino Superior, estendendo-se à Educação Básica.

Trata-se de um período de intensas modificações, conflitos e rupturas; o país sofria com crises e problemas que refletiam em todos os estados. A agitação é enorme, e cada governo tenta, da sua maneira, justificar a crise ou, na melhor das hipóteses, tentar resolvê-la.

Além dos problemas econômicos, surgiu ainda a ruptura política entre as lideranças de Minas Gerais e São Paulo. Não houve entendimento para indicar o candidato presidencial à sucessão de Washington Luís. Nas eleições de 1930, a oligarquia paulista apoiava o candidato Júlio Prestes, do PRP, enquanto os políticos mineiros apoiavam o nome de Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, que era governador de Minas Gerais (COTRIM, 1994, p. 267).

Enfim, após a revolução e tendo sido consolidado o Período Getulista, o Brasil sofreu grandes mudanças, muitas das quais, inclusive, trazendo consequências e repercussões para o modo de vida do piauiense:

a sociedade urbana cresceu em relação à sociedade agrária; a indústria ampliou seu espaço na economia nacional; a burguesia empresarial das cidades aumentou seu poder sobre as tradicionais oligarquias no campo; a classe média e o operariado cresceram em quantidade e conquistaram maior importância na vida política do país (COTRIM, 1994, p. 269).

Piauiense que é, Renato Castelo Branco não poderia deixar de exaltar sua terra, nem tampouco reconhecer o quanto essas mudanças demoraram a chegar nessa região. O Nordeste, durante muito tempo (e, ainda hoje) mantém traços agrários muito fortes e a economia voltada para o campo.

O Tenentismo, movimento social que, conforme Cotrim (1994), “desejava a centralização do poder, a nacionalização das riquezas do país e se opunha ao coronelismo”, surge como uma reação ao poder das oligarquias e ao “voto de cabresto” que, na verdade, dominava (e ainda domina) muitas regiões do sertão do semiárido.

Damasceno e sua personalidade autoritária, apesar de ter um bom coração e sentir que certas atitudes suas são desumanas, representa bem o coronel que, em nome da preservação de suas riquezas e do bom cumprimento de seu papel de líder, mantém escravos e servos em sua propriedade, confiando seu domínio aos mecanismos de coerção e força.

A obra, outrossim, foi escrita em 1945, época do período democrático no Piauí, vivendo o estado anos de intensa instabilidade política. Nesse época, foram organizados grupos como as Ligas Camponesas e os Sindicatos Rurais, que começaram a se organizar no início da década de 1960, pregando a instalação do comunismo no Estado.

Congresso de Operários e Camponeses, no Piauí: – ao que nos parece, só para compor a expressão – 'Operários e Camponeses', tal qual se deu na Rússia, – onde ao tempo da revolução, também não existia operariado, porque, aquele o país do Leninismo, não era, nem de longe, um país industrializado, mas de agricultores e pequenas fábricas, sem vulto econômico e industrial (MENDES, 1961, p. 04).

O sertão, aqui, não é apenas um lugar marcado pelas formações vegetais, a falta de água ou outros elementos que o impeçam de ser um local privilegiado. A análise dessa obra nos permite enxergar o sertão como um espaço de submissão do homem ao meio natural e à condição de vida que lhe é imposta.

A marca do homem sobre o lugar não remete à identificação física do sertão, posto que sua significação é construída pelo simbólico. Assim sendo, não se pode fazer uma delimitação física e/ou geográfica, mas uma análise da materialidade do território, caracterizada pelos elementos históricos, o que corrobora na produção de sentidos e na conseqüente construção de imagens desses sujeitos.

CAPÍTULO IV – DA PRODUÇÃO DE SENTIDOS

1. Construção dos protagonistas da obra por meio das designações

As designações, segundo Guimarães (2002), podem ser compreendidas como atribuição de um nome a algo que já é nomeado, ou seja, é renomear, dar nomes e significados a coisas, eventos e sujeitos dentro de um determinado contexto. Nesse caso, ao trabalharmos o discurso, mais especificamente o literário, por meio da obra *Teodoro Bicanca*, fazemos uma abordagem semântico-discursiva que permite analisar o discurso materializado nos dizeres de Teodoro Bicanca.

Na construção de um discurso, são necessários elementos para nortear o direcionamento de ideias, desde a definição de uma palavra até a construção de sentidos. Designar é, logo, uma tarefa de estabelecimento de sentidos e significações, numa abordagem semântica, o que constitui o próprio discurso. Nessa perspectiva, o processo de produção, reprodução e transformação da compreensão do mundo ocorre por meio do discurso e de sentidos por ele suscitados. Na esfera literária, percebe-se, claramente, uma tentativa de situar o leitor em um determinado contexto, bem como de produzir sentidos, através do uso de substantivos e adjetivos que caracterizam seus espaços, acontecimentos e personagens, atribuindo-lhes características específicas, significados, funções, dentre outras.

Essas atribuições, não podemos deixar de mencionar, remetem a questões políticas, culturais, sociais e ideológicas. Partindo de Pêcheux (2002), ao enfatizar que um acontecimento convoca um espaço da memória e o reorganiza, necessitamos falar da obra em questão como marcadora da imagem do homem nordestino, ao se apropriar de certos usos linguísticos em contextos discursivos.

Na obra, a marcação de atributos e o seu consequente entendimento em face de um contexto histórico e social definido tornam-se possíveis pela relação entre língua e falante, pois “os falantes são pessoas determinadas pelas línguas que falam; são sujeitos da língua enquanto constituídos por este espaço de línguas e falantes” (GUIMARÃES, 2002, p. 18). É relevante, assim, abordarmos como as designações utilizadas dentro de um romance literário podem marcar a construção de uma imagem do nordestino, ao trabalhar com seus usos típicos.

Biderman (2001, p. 13) enfatiza que “o léxico de uma língua natural constitui uma forma de registrar o conhecimento do universo. Ao dar nomes aos seres e objetos, o homem os classifica simultaneamente”. Não convém, aqui, tratar do fenômeno da nomeação, mas da designação, que propicia o esclarecimento e conhecimento do universo e as relações nele ocorridas, tais como as discursivas, em que o uso de nomes para designar seres pertencentes a determinados grupos sociais remete à própria concepção de realidade. Sobre isso, Guimarães (2002) afirma:

Nomeação é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome. A designação é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real (GUIMARÃES, 2002, p. 09).

Trata-se de paráfrases, de expressões utilizadas para diferenciar algo de um conjunto maior, delimitando características idiossincráticas, traços típicos, marcações identitárias, numa relação com o contexto histórico-social. Lopes (2009, p. 122) afirma que “assumir essa posição é permitir a inserção da história, é tratar o sentido como uma questão enunciativa em que a enunciação seja vista historicamente, é dizer que o *acontecimento* nomeia um referente e mobiliza uma historicidade que lhe é própria”.

Costa (2011, p. 34) destaca a relevância de se considerar o “papel do lugar”, pois é a partir dele que se constroem as imagens do sujeito, do outro, do espaço. O lugar depende e é determinado pelas condições de produção de significação, ou seja, é envolto pelo espaço material que o concerne.

A formação da identidade do povo nordestino, logo, pode ser vista com um enfoque sócio-histórico, político e religioso, remetendo aos lugares sociais, não se podendo estudar as designações sem inseri-las em um contexto maior, de um acontecimento.

Os sujeitos, imersos em determinada cultura, são influenciados por seus aspectos sócio-culturais e incitados a produzir sentidos, os quais se relacionam às suas condições de produção, contribuindo para sua própria identificação e a seus

valores e traços típicos. Na obra em questão, é possível identificar marcas do povo nordestino, registrados culturalmente pelas suas formas de falar, de designar.

Tratar de palavras relacionadas a certos usos regionais constitui uma atividade de busca e entendimento da identidade de um povo, no sentido em que se referem a signos conhecidos por uma totalidade, de maneira geral, porém definidos de forma específica, a distinguir uma dada cultura. Biderman (2001, p. 133) explica que “quando termos regionais designam fenômenos ou referentes da realidade regional, tal fato ocorre por causa da coisa nomeada e não por causa do signo. Muitas designações, nesse sentido, evidenciam fatos linguísticos próprios da região em uso”.

A designação constitui a formação de sentidos, uma construção simbólica que marca o lugar e o contexto em que está inserida. “Se se mudam os lugares enunciativos em confronto recorta-se um outro memorável, um outro campo de objetos relativos a um dizer” (GUIMARÃES, 2002, p. 40). Compreender os efeitos de sentido pretendidos pelos autores através das palavras é um exercício de localização no mundo, em que o leitor precisa se situar diante dos acontecimentos e das multiplicidades que envolvem o conhecimento e as visões. “Enuncia-se enquanto ser afetado pelo simbólico e num mundo vivido através do simbólico” (GUIMARÃES, 2002, p. 11).

A descrição, como manifestação de traços particulares, também funciona como designação no sentido de que, para Orlandi (1994, p 47), as formas de discurso têm de ser consideradas em relação a outras e o vínculo pensamento/linguagem/mundo deve ser pensado como não-unívoco. Com base nessas proposições, ela dá início a uma reflexão sobre a construção discursiva dos referentes, com ênfase nos processos de significação que atuam na determinação do referente.

O referente e sua designação produzem efeitos de sentido junto ao leitor, o qual, inserido num meio social, é instigado a assumir uma postura também social. O sujeito, para a Análise de Discurso é um ser social, fato pelo qual Pêcheux (1993) não o concebe empiricamente, mas como um lugar determinado na estrutura de uma formação social.

O conceito de político não pode, pois, ser abandonado segundo essa ideia, uma vez que traduz uma condição de produção dos discursos, bem como as

expressões que indicam posições sociais. Para Guimarães (2002), o político é o fundamento das relações sociais; é a contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação dos que não estão incluídos.

Tratando do político, Orlandi (2010, p. 11-12) afirma que

os sentidos são divididos, não são os mesmos para todo mundo, embora “pareçam” os mesmos. Esta divisão tem a ver com o fato de que vivemos em uma sociedade que é estruturada pela divisão e por relações de poder que significam essas divisões. Como sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo não só os sujeitos são divididos entre si, como o sujeito é dividido em si.

Orlandi (2007), inclusive, trata de uma “política linguística”, que remete à noção de inclusão e exclusão social por meio do uso da língua, podendo-se referir até ao conceito de manipulação de línguas:

Em geral, quando se fala em política linguística, já se dão como pressupostas as teorias e também a existência da língua como tal. E pensa-se na relação entre elas, as línguas, e nos sentidos que são postos nessas relações como se fossem inerentes, próprios à essência das línguas e das teorias. Fica implícito que podemos "manipular" como queremos a política linguística. Outras vezes, fala-se em política linguística apenas quando na realidade trata-se do planejamento linguístico, de organizar-se a relação entre línguas, em função da escrita, de práticas escolares, do uso em situações planejadas (ORLANDI, 2007, p. 07).

O fato de se denominar, designar, de se chamar é, em si, uma marcação ideológica, de subjetividade, possibilitada pela prática e o uso social. Sobre isso, Costa (2011) enfatiza que:

Ao denominar, um processo de significação é instaurado e posto, em movimento, sob determinadas condições de produção. Nesse processo, o nome recorta uma região do interdiscurso que faz com que, ao denominar, se signifique, se produza sentido e esse se instale em uma formação discursiva. A denominação é, pois, também parte da construção discursiva dos referentes (COSTA, 2011, p. 43).

Denominar é recorrer a sentidos no meio social, histórico ao consistir numa tarefa de produzir efeitos pensados para um determinado tipo de público e marcar o sujeito de que/quem se fala através de seu próprio falar. É nesse sentido, das posições adotadas e exercidas, que será feita a análise das designações.

Quais são os sentidos suscitados ao se designar algo? Por que designar com um nome e não outro? Ou por que designar através de vários nomes? Buscamos explicitar, e tornar claros, mais especificamente, as relações e os efeitos de sentido que circulam, em torno das designações, nesse processo maior, que é o discursivo.

O objeto de análise, como se sabe, é o romance literário *Teodoro Bicanca*, de Renato Castelo Branco e, nos interessa, especialmente, para este gesto de leitura, as atribuições de características feitas aos protagonistas da obra, aos lugares ou aos acontecimentos, de forma a designá-los, conferindo-lhes significações e marcando, entre outras coisas, a identidade do sujeito nordestino, em seus usos típicos e característicos.

Esse sujeito produz a língua e a utiliza, da maneira permitida pelo ambiente e pelo contexto em que está inserido, podendo, muitas vezes, revelar suas características identitárias por meio de processos linguísticos, tais como a designação. Pomos em foco, então, uma análise sobre o funcionamento de algumas denominações que dão nome a aspectos nordestinos, inclusive, configurando sentidos para os sujeitos ao fazer parte das condições de produção de discursos sobre esse povo.

Na obra analisada, são visíveis muitos nomes usados como espelho da própria realidade do falante, por isso será feita uma análise dos principais, dentre os quais podemos mencionar o seguinte: *vareiros*; que são os homens livres, de trabalho livre, que vivem em barcas grandes e têm o rio como fonte de sobrevivência e prazer. É uma designação muito comum entre os piauienses, que enxergam nas riquezas naturais uma verdadeira magia e naqueles que com elas trabalham, uma espécie de autorrealização.

Os trabalhadores também se autodesignam como *criados*, *agregados*, sendo responsáveis por sua própria designação em situação de subordinação. Confere-se, pois, a esses sujeitos, uma carga semântica de inferioridade, ao mesmo tempo em que se liga ao fato de terem sido educados, instruídos por uma família à qual lhe

devem respeito. É a marcação social do nordestino: essa consciência de subordinação e inferioridade.

Aos empregados também se atribui o título de *caboclos ou caboclas*, num uso popular, independentemente da etnia ou raça, já que essa designação anula a própria concepção étnica e passa a se referir a seres simples, comuns, tal como é o uso de *cabra*, que não remete ao animal, mas a um sentido de homem do povo, o próprio caboclo.

Uma outra alteração semântica ocorre com o uso *negos e preto*, expressões tidas como preconceituosas, mas que, para a época, indicavam força, num sentido de diferenciar ou destacar aqueles que praticam o trabalho duro, braçal, relembrando inclusive o passado colonial e de formação do Brasil.

Dessa maneira, não se pode pensar na significação e nos sentidos como algo estático, mas como um processo inserido no contexto histórico, social e/ou político. Uma forma de designar pode, assim, ser considerada com carga positiva num determinado momento histórico e com carga negativa, em outro. O ser designado, bem como o sujeito que designa não é o centro de uma única e restrita possibilidade, ele é, como afirma Guimarães (2002, p. 12), "tomado na temporalidade do acontecimento".

O uso do adjetivo *capado*, na obra regionalista em questão, refere-se a um homem que teve seus órgãos genitais, parcial ou inteiramente, cortados por instrumento afiado. Psicologicamente, esse adjetivo designa um indivíduo que foi ou se sente castrado, frustrado em seus desejos e, embora se costume relacionar *capado* apenas ao aspecto sexual, esses desejos podem ser os mais variados possíveis.

Já os *flagelados* são os retirantes, os que vivem em busca de trabalho, sem teto, sem comida, sem patrão, vistos como dignos de piedade pelos próprios *criados, agregados*. Ao recorrer ao sentido empregado por Guimarães (2002) sobre a enunciação por meio do simbólico, percebe-se a influência da organização e da estratificação social na construção das designações.

Em posição oposta à condição de trabalhador, existe a figura do *mestre*, o responsável por administrar as riquezas, os trabalhadores e o andamento das situações mais ordinárias. É também o *sinhô*, o protetor, num uso representativo de respeito por parte dos empregados e da consciência da submissão por ele imposta.

Além do emprego da designação e da mera forma de tratamento, nota-se uma marcação de subordinação e obediência já inculcada na mente do trabalhador pelo seu próprio meio.

Observa-se uma hierarquia presente nas designações, o que acentua seu caráter político, abordado por Guimarães (2002) e Orlandi (2007) e que, na obra em questão, representa a consciência das condições sociais assumidas, embora marcado pelo desejo de ascensão ou mudança, mas que não deixa de mostrar o caráter político assumido pela linguagem.

Pode-se construir uma relação de hierarquização marcada pelos papéis e condições assumidos, a saber:

flagelado → retirante → criado → agregado → vareiro → mestre → sinhô → protetor

Percebe-se, aqui, que o conceito de “política linguística”, proposto por Orlandi (2007), reflete-se também na organização da sociedade, por meio da linguagem, e a designação se apresenta como uma forma de reproduzir a escala social instituída, uma vez que carrega a carga semântica de submissão ou poder, de fraqueza ou força, entre outros.

Deus, por exemplo, é designado como *santo-véio*, *cristão*, num apelo religioso às forças divinas e à crença de que elas podem influenciar no andamento dos trabalhos, das plantações, colheitas, da fartura e da própria vida do trabalhador em busca de melhores condições para viver. Ele é um ser velho, experiente, dono e definidor de destinos, mas se percebe a restrição ao Cristianismo como religião superior. O próprio uso de “padim” remete a um uso católico de atribuir a proteção do filho, no caso, o afilhado, a uma pessoa considerada de confiança. Já ao se referir ao diabo, fala-se em *ferrabrás*, *satanás*, *diabo coxo*, *imundo*, como algo sujo, anômalo, fora dos costumes e indecoroso.

O “imundo” é o diabo, com seus castigos duros e cruéis, e o responsável por tudo aquilo que é incompreensível e inaceitável. “E ficou de olhos esbugalhados, a boca aberta, um susto enorme parado em seu rosto. Não podia ser. Aquilo era arte do imundo” (CASTELO BRANCO, 1948, p. 63).

Ao tratar do desejo de crescer, de progredir na vida, o *doutor* é aquele que anseia por sucesso mediante os estudos e a dedicação, o indivíduo que alcança

uma carreira como fruto de seus esforços e/ou consequência dos esforços da família; por isso, passa a ser respeitado e admirado pela sociedade. Essa designação remete àquele que tem estabilidade, que vem de boa família, que ocupa um lugar desejável na sociedade e que, espera-se, tenha um comportamento digno de respeito e admiração.

Com relação ao espírito mau que habita as águas do Parnaíba, o *Cabeça de Cuia*, trata-se de uma lenda piauiense de um menino que vive nas águas do Rio Parnaíba com o objetivo de agarrar sete virgens, como maldição ou praga jogada por sua mãe, que dele apanhou com um osso.

No livro *Folclore brasileiro: Piauí*, Noé Mendes de Oliveira apresenta a seguinte versão:

É um monstro. Costuma aparecer na superfície da água, nas noites de lua cheia. Uma enorme cujuba (cuia) surge e desaparece, metade do ano no rio Parnaíba e a outra metade no Poti (Teresina fica entre esses dois rios). Dizem, ainda, que ele costuma se incorporar em algum louco que perambula pelas ruas de Teresina. Mas a estória é a seguinte: Um pescador, chamado Crispim, morava com sua velha mãe viúva na antiga vila do Poti. Certo dia, voltou para casa muito zangado porque não tinha pescado nada. A mãe lhe deu pra comer um pirão de osso. Ele, enraivecido, bate na mãe e quebra-lhe a cabeça com um “corredor” da ossada do pirão. Caída no terreiro, antes de morrer, a mãe lhe joga uma maldição: “Serás transformado num monstro, filho ingrato!” E Crispim desaparece nas águas barrentas do rio (OLIVEIRA, 1999, p. 30).

Crispim, como era denominado o garoto, morava às margens do Rio Parnaíba e, num ataque de fúria, por ter sido servido pela mãe com um prato de ossos já que carne não havia, agride-a, atingindo-a na cabeça com o osso, e a mata. Antes de morrer, porém, a mãe de Crispim o amaldiçoa com a praga de vagar no rio e ficar com a cabeça muito grande, como uma cuia (por isso, “Cabeça-de-Cuia”), só podendo ser salvo depois de ter relações sexuais com sete virgens.

A lenda tem como cenário o encontro dos dois rios piauienses que banham a cidade de Teresina, o Parnaíba e o Poti, e trata de muitos costumes típicos desse povo. Segundo Magalhães (2011, p. 152),

Embora existam algumas versões da lenda que trazem outros locais ribeirinhos como espaço da ação narrada em o Cabeça-de-Cuia, a maioria

aponta para a confluência dos rios Parnaíba e Poti como o habitat do infeliz pescador transformado em monstro. Assumindo a lenda do Cabeça-de-Cuia como patrimônio cultural da cidade, a Prefeitura de Teresina resolveu instituir no ano de 2003 o “Dia do Cabeça-de-de-Cuia”, que passou a ser comemorado na última sexta-feira do mês de abril.

Trata-se de uma descrição do local e dos sujeitos que nele circulam, de uma enorme importância para a tradição oral, transmitida de geração para geração. Associada à origem da capital do Piauí, Teresina, a lenda do Cabeça-de-Cuia é um forte elemento para o processo de circulação dos discursos na produção dos sentidos acerca do homem nordestino, mais especificamente, do piauiense.

Conforme abordaremos no próximo tópico, por meio das designações analisadas, percebe-se uma forte evidência da estratificação social a partir da qual se formou o povo nordestino, tais como o uso de *gente do centro* para se referir aos que habitam as partes mais valorizadas de uma cidade, em oposição aos que vivem nos locais periféricos; *doutor* e *príncipe* para se referir a quem teve boas oportunidades na vida; e *empregadinhas*, em atitude de desprezo e inferioridade à classe das domésticas.

O lugar em que morava o senhor e sua família era a *casa de telha*, em contraponto às demais habitações das redondezas - às *palhoças*, construídas de forma improvisada e, muitas vezes, rudimentar. Verifica-se, nesse sentido, a segmentação social, que marca a identidade do nordestino, compreendendo, além da sua forma de falar, comportar-se e vestir-se, a sua forma de morar.

2. As designações em *Teodoro Bicanca*, de Renato Castelo Branco

O *afiado* é o indivíduo que é entregue aos cuidados do padrinho; que, conforme tradição religiosa,, está sob sua proteção no caso de qualquer necessidade, o afilhado. Ele é querido como um filho, e recebe do *padrin*, além do carinho, educação, bênção e itens essenciais à sua vida. “Bença, padim?” (CASTELO BRANCO, 1948, p. 70)

O *agregado* é o trabalhador que vive de favores na casa e, mesmo sem ser parente, convive com uma família, por não ter lugar para viver nem trabalho certo. Essa foi a condição de Teodoro por todo o tempo em que viveu na fazenda, muito

embora fosse tratado com muita estima por Dona Hortência. “Teodoro era agregado – era filho de agregado – não precisava ganhar nada. Ganhava comida e alguma roupa velha de Damasceno. Mas, como dona Hortência gostava do moleque, dava-lhe um níquel, uma vez ou outra” (CASTELO BRANCO, 1948, p. 105-106)

Na obra, Teodoro também é chamado de *bicanca*, devido aos chutes de bico que dava com a ponta da chuteira nas bolas. “Teodoro, o Teodoro Bicanca, filho de Damião, era agora um moleque livre. Sua vida era sua, ninguém mandava nela (...)” (CASTELO BRANCO, 1948, p. 15).

O *criado* é o empregado encarregado pelos serviços domésticos, serviçal, e os *flagelados* são as vítimas de flagelo ou desgraça, esquecidos, abandonados e que, normalmente, andam em grupos. “Damasceno hesitou (...) Pretendia ir mandando os flagelados embora, à proporção que fossem melhorando” (CASTELO BRANCO, 1948, p. 28).

A designação *bicho maior* remete ao homem de posses, de oportunidades, mais reconhecido pela sociedade. Nesse caso, pensamos a ideia de grandeza, de superioridade. O bicho, aqui, é um ser grande, poderoso, valendo-nos lembrar da *gente do centro*, pessoas que vivem nas melhores localizações da cidade.

Já por *bicho menor*, entendemos o homem sem conquistas na vida, marginalizado, pobre e sem oportunidades ou amparo. Esse bicho adquire uma conotação de sub-humano, inferior, sem importância.

(...) era o mundo do bicho maior comendo o menor: o coronel comendo o agregado, o exportador comendo o coronel, a estranja comendo o exportador. E Teodoro fazia paralelos. Era como entre os outros bichos. O carrapato chupando o boi, o anum comendo o carrapato, o gavião comendo o anum(...) (CASTELO BRANCO, 1948, p. 135).

São *retirantes* grupos de pessoas que se deslocam de um lugar para outro em busca de trabalho ou de melhores condições para se viver. Normalmente, são uma família que, a pé, sem dinheiro e com pouca bagagem, parte em rumo a outro lugar, diferente do seu, e acaba tendo que se acostumar com outros costumes, outro estilo de vida. Todavia, no contexto da seca, podemos observar a existência de três tipos de retirantes, como afirma Moisés (1999, s.p.),

A seca, porém, impõe três posições importantes: o homem se lança ao crime e se torna cangaceiro; emigra pacificamente e é chamado retirante; ou então procura, em práticas supersticiosas, aplacar a fúria de Deus e se transforma em beato - sai pregando ou seguindo um pregador rústico, a fazer sacrifícios, autoflagelando-se e acaba matando ou roubando em nome de Deus.

A pessoa *miserável* é muito pobre, vive na miséria. No contexto popular nordestino, também chamamos miserável o que é avarento, que não gosta de gastar, e se priva de certos prazeres e regalias por conta do jeito fechado e sovino. No entanto, no romance, trata-se do desprezível, sem recursos, digno de piedade.

O *caboclo* é o trabalhador rural, caipira, matuto, de pele morena. O termo, ligado à questão da etnia, trata da mistura do branco com o índio, porém, no uso do senso comum, denomina todo trabalhador de contato com a vida do campo e com a luta diária para sobreviver. O *cabra* é o caboclo, caipira, uma forma de tratamento ao sujeito forte, destemido.

Os caboclos iam para os carnaubais cortar as folhas das palmeiras. (...) E eles chegavam como se fossem formiga no roçado: iam cortando as palmas, deixando os troncos nus e compridos, apontando para o céu. E então abandonavam as palmas no chão, apanhando com sol até secarem(...) (CASTELO BRANCO, 1948, p. 94).

Com sentido semelhante, o *nego* é o homem de coragem, de raça, que não foge ao trabalho nem às suas obrigações, *pau pra toda obra*, aquele que está sempre à disposição para qualquer tipo de trabalho, sem reclamações ou desculpas. Mais especificamente, o *nego valente de Siá Ana* é o homem corajoso e destemido, que desperta na velha as mais variadas sensações.

Igualmente, por esse jeito trabalhador e corajoso, Teodoro também é na obra designado *pau pra toda obra*: “O moleque era diligente e esperto e tinha um sorriso simpático, que ela apreciava muito” (CASTELO BRANCO, 1948, p. 105), razão pela qual Dona Hortência não escondia por ele sua preferência: “Teodoro, porém, era o seu favorito – era pau pra toda obra. Era ele que apanhava as frutas no alto das mangueiras (...) para a casa de telha; era ele quem ia no mato juntar coco de tucum

para fazer birro para a almofada de renda de Dona Hortência... (CASTELO BRANCO, 1948, p. 105).

No Nordeste, quando se fala em *capado*, refere-se àquele que é castrado, que tem retirados os órgãos reprodutores. Na fala regionalista piauiense, a atitude de capar normalmente provém de algum tipo de vingança ou sentimento de ódio, como no caso em que o pai se revolta com o homem que “meche” com sua filha e promete vingança, tirando-lhe aquilo que lhe confere masculinidade, virilidade.

Malaquias andava furioso. Jurava que havia de capar o miserável que desgraçara sua filha. A princípio quisera pôr Onorina para fora de casa, mas os prantos de sua mulher venceram. E Malaquias resolvera adiar o castigo até encontrar o miserável. Caparia ele e depois faria casar com Onorina. Assim lavaria a sua honra e daria a ambos o castigo merecido (CASTELO BRANCO, 1948, p 73).

A *casa de telha* é a casa-grande, a principal de uma fazenda, em que vivem o patrão e sua família, que demonstra destaque perante as outras construções da redondeza: “... casa de telha, enorme, cercada de alpendres por todos os lados” (CASTELO BRANCO, 1948, p. 24), em oposição à *palhoça*, cabana rústica, coberta de palha, em que habitam os empregados.

Damião construiu sua palhoça na baixa dos Paus-d'Água. O terreno era plano e extenso, recoberto de paus d'água seculares, de copas gigantescas. Procurou um claro e ali levantou sua palhoça de chão batido, paredes de barro, coberta de palha de carnaúba (CASTELO BRANCO, 1948, p. 45).

Nesse sentido, as *mães de família* são mulheres do lar, que vivem para a família e para zelar por sua boa imagem; os *legítimos* são parentes do mesmo sangue e estar *prenhe* é estar grávida, à espera de um bebê.

Dotados de poder aquisitivo e respeito, estão os *coronéis*, senhores, patrões, os donos das propriedades. O coronel é o *sinhô* (senhor), tratamento de respeito ao patrão, que indica submissão e subserviência, como é chamado o coronel

Damasceno por seus empregados. “É falando que a gente se entende, mas se seu coroné num qué, num se discute” (CASTELO BRANCO, 1948, p. 43).

Na obra, Abedias é o *filho de família*, o *justo*, homem oriundo de família abastada e de posses, o que nasceu em “berço de ouro”, mas que se dedicou a estudar, e alcançou prestígio, tornando-se, pois, um *doutor*, ao contrário dos *moleques*, meninos que não têm grandes preocupações na vida. Dona Genoveva estava exultante. “Abedias havia regressado de Teresina, doutor bacharel, para montar banca de advogado em Parnaíba. Dona Genoveva não podia conter o seu orgulho e mandou logo fazer uma placa, com os dizeres – “Dr. Abedias Monteiro, advogado (...)” (CASTELO BRANCO, 1948, p. 169).

Num uso depreciativo, são *empregadinhas* as mulheres sem prestígio na sociedade; tratamento às encarregadas dos serviços do lar. O *imundo* é sujo, imoral, obsceno, designação relativa ao diabo e suas sórdidas características, o *diabo coxo*, *ferrabrás*, o que se opõe a Deus e às realizações divinas.

Do contrário, o *santo-véio* é Deus, ser divino, experiente e onipotente, *todo-poderoso*, o que nunca falha e nunca se nega a ajudar; cheio de poderes, bondade e sagrados sentimentos, digno de admiração e crença. “- Creia em Deus que é santo-véio, meu cristão. O mió da festa é esperá por ela” (CASTELO BRANCO, 1948, p. 52).

O *malfeitor* é aquele que comete atos maldosos e graves. O *gira*, um homem doido, sem noção, perturbado (é o caso do “Negó das Treis”, encontrado em União): “Já chegara a União meio gira, cantando aquela história pelas ruas” (CASTELO BRANCO, 1948, p. 158).

Os *trastes* são sujeitos insignificantes, sem valor. Com sentido bem semelhante, o *pamonha* é um sujeito sem honra, sem valor, insignificante para a sociedade. Foi como Dona Genoveva passou a ver o esposo, após certo tempo de casados, quando passou a comandar a relação: “Desde então, oficializou-se de uma vez a ascendência de dona Genoveva. de que Tenório era um pamonha e assumira a direção de tudo” (CASTELO BRANCO, 1948, p. 174-175).

O *cornó* é o homem traído pela mulher; que tem sua honra difamada perante a sociedade. “Ela que fosse viver com marido capado, para ser cornó também” (CASTELO BRANCO, 1948, p. 73). O *pexote*, o moleque, menino imaturo,

dependente, “(...) o mestre ria dele, que aquilo não era serviço pra pexote...” (CASTELO BRANCO, 1948, p. 15).

O *espírito mau que habita as águas do Parnaíba*, o *Cabeça de Cuia*, como já mencionado, é personagem de uma lenda piauiense: um menino que vive nas águas do Rio Parnaíba com o objetivo de agarrar sete virgens, como maldição ou praga jogada por sua mãe. Esse *rio poderoso*, o Parnaíba, é cheio de histórias e lendas, considerado protetor, soberano e cheio de poderes.

“Cabeça de Cuia”, o espírito mau que habita as águas do Parnaíba. Boca de Sovaco ia em sua canoa, quando „Cabeça de Cuia” surgira do fundo do rio. Um pé de vento rodopiou, assobiando sobre a embarcação. As águas se abriram, girando em redemoinho, afunilando-se, arrastando a canoa para o fundo misterioso do rio. Mas Boca de Sovaco tinha „pauta com o diabo” – invocara a proteção do *capeta* e, no mesmo instante „Cabeça de Cuia” desaparecera, com um longo e desesperado gemido, as águas serenaram e ele nadara em segurança para a margem do rio (CASTELO BRANCO, 1948, p. 207-208).

O *preto valente* é um homem de raça e força, destemido e sem preguiça. “O preto era o homem de Siá Ana, que fugira da senzala e um dia fora apanhado no alto Parnaíba, trabalhando de vareiro. Quando se vira descoberto, reagira de faca na mão, até tombar morto, mas não se entregara”(CASTELO BRANCO, 1948, p. 59).

Enfim, esses homens fortes e destemidos, que encontram nas águas do “rio poderoso” a fonte de sua sobrevivência e diversão, recebem o nome de *vareiros*, homens livres, que buscam seu sustento no rio e que levam a vida sem maiores preocupações. “(...) Um dia ele cresceria, ficaria forte como Noé, e então poderia ser vareiro, trabalhar numa barca bem grande, subindo e descendo o rio (...)” (CASTELO BRANCO, 1948, p. 15).

Designar é muito mais do que atribuir nomes a determinados seres ou acontecimentos, nomear ou referir. Designar é dotá-los de sentidos, ideologia, cargas semânticas representativas de caráter social, político, religioso, dentre outros. E, em se tratando de uma obra piauiense, tais designações remetem à formação histórica e social, destacando a identidade desse povo e do povo nordestino ao evidenciar as formas de tratamento, os desejos e convicções dos indivíduos, as suas insatisfações e as formas de estratificação e organização da sociedade.

Dessa forma, expomos, através de um glossário, essas designações que entremeiam as relações sociais, os acontecimentos, os sujeitos, os sentidos já-ditos e os que estão por vir, os silêncios, as rupturas. Nosso olhar recai sobre os nomes que remetem, descrevem, localizam.

2.1 Resultado da análise: As designações em *Teodoro Bicanca*, de Renato Castelo Branco

afiado *subst* indivíduo que é entregue aos cuidados do padrinho; que, conforme tradição religiosa, está sob sua proteção no caso de qualquer necessidade.

agregado *subst* trabalhador que vive de favores na casa e, mesmo sem ser parente, convive com uma família, por não ter lugar para viver nem trabalho certo.

bicanca *subst* moço conhecido pelos chutes de bico, com a ponta da chuteira.

bicho maior *subst* homem de posses, de oportunidades, mais reconhecido pela sociedade.

bicho menor *subst* homem sem conquistas na vida, marginalizado, pobre e sem oportunidades ou amparo.

cabocla *subst* feminino de caboclo

caboclo *subst* trabalhador rural, caipira, matuto, de pele morena.

cabra *subst* caboclo, caipira, forma de tratamento ao sujeito forte, destemido.

capado *adj* capado é aquele que é castrado, que tem retirados os órgãos reprodutores. Na fala regionalista piauiense, a atitude de capar normalmente provém de algum tipo de vingança ou sentimento de ódio.

casa de telha *subst* a casa-grande, a principal de uma fazenda, em que vivem o patrão e sua família, que demonstra destaque perante as outras construções da redondeza.

corno *subst* homem traído pela mulher; que tem sua honra difamada perante a sociedade.

coroa *subst* parte do rio coberta de areia.

coronéis *subst* senhores, patrões, os donos das propriedades.

corrupção *subst* ave da família dos ictéridas, encontrada principalmente na região Nordeste, de plumagem vistosa e canto melodioso.

criado *subst* empregado encarregado pelos serviços domésticos, serviçal.

diabo coxo *subst* designação ao diabo.

doutor *subst* homem que estudou, formou-se e alcançou prestígio.

empregadinhas *subst* mulheres sem prestígio na sociedade; tratamento depreciativo às encarregadas dos serviços do lar.

ferrabrás *subst* o diabo, o que se opõe a Deus e às realizações divinas.

filho de família *subst* homem oriundo de família abastada e de posses.

flagelados *subst* vítimas de flagelo ou desgraça, esquecidos, abandonados.

Normalmente, andam em grupos.

gente do centro *subst* pessoas que vivem nas melhores localizações da cidade.

gira *adj* doido, sem noção, perturbado.

imundo *adj* imundo é sujo, imoral, obsceno. Designação relativa ao diabo e suas sórdidas características.

justos *adj* indivíduos justos são dignos de respeito e admiração.

legítimos *adj* legítimos são parentes do mesmo sangue.

mães de família *subst* mulheres do lar, que vivem para a família e para zelar por sua boa imagem.

malfeitor *subst* aquele que comete atos maldosos e graves.

mestre *subst* a pessoa miserável é muito pobre, vive na miséria.

moleques *subst* meninos, garotos que não têm grandes preocupações na vida.

nego valente de Siá Ana *subst* homem corajoso e destemido, que desperta na velha as mais variadas sensações.

nego *subst* homem de coragem, de raça, que não foge ao trabalho.

negos ordinários *subst* indivíduos falsos, sem palavra.

o espírito mau que habita as águas do Parnaíba *subst* o Cabeça de Cuia, lenda piauiense de um menino que vive nas águas do Rio Parnaíba com o objetivo de agarrar sete virgens, como maldição ou praga jogada por sua mãe, que dele apanhou com um osso.

padin *subst* padrinho, o que abençoa e protege o afilhado.

palhoça *subst* cabana rústica, coberta de palha, em que habitam os empregados.

pamonha *adj* sujeito sem honra, sem valor, insignificante para a sociedade.

pau pra toda obra *subst* aquele que está sempre à disposição para qualquer tipo de trabalho, sem reclamações ou desculpas.

pexote *subst* moleque, menino imaturo, dependente.

preñhe *adj* estar grávida é estar à espera de um bebê.

preto valente *subs* homem de raça e força, destemido e sem preguiça.

príncipe *subst* garoto de vida boa, nascido em “berço de ouro”.

retirantes *subst* grupos de pessoas que se deslocam de um lugar para outro em busca de trabalho ou de melhores condições para se viver.

rio poderoso *subst* = o Rio Parnaíba, cheio de histórias e lendas, considerado protetor, soberano e cheio de poderes.

santo-véio *subs* Deus, ser divino, experiente e onipotente.

satanás *subst* o diabo, ser que se contrapõe a todo tipo de benefício ou feitos positivos.

siá *subst* Senhora, tratamento de respeito à mulher que realiza muitos feitos ao povo de sua redondeza.

sinhô *subst* Senhor, tratamento de respeito ao patrão, que indica submissão e subserviência.

todo-poderoso *subst* Deus, o que nunca falha e nunca se nega a ajudar; cheio de poderes, bondade e sagrados sentimentos.

trastes *adj* sujeitos insignificantes, sem valor.

vareiros *subst* homens livres, que buscam seu sustento no rio e que levam a vida sem maiores preocupações.

3. Da Memória Discursiva

A necessidade teórica de se manifestar a língua não como algo transparente, mas opaco, passível de se materializar, é tarefa de estudos aprofundados relacionados ao entendimento de seu sentido, ou seja, o aspecto semântico, que

comporta, em sua discursividade, a linguagem, a história, a política, a ideologia, dentre outros.

É por isso que a língua se constrói como algo mutável, porque a sua natureza está intimamente ligada ao uso que os indivíduos fazem dela em sociedade, dos contatos com os indivíduos entre si e sua necessidade de interação, ao passo que se funda em discursos já ditos, em dizeres já proferidos, em face de condições de produção diversas, conforme Orlandi (2012, p. 21):

A Análise do Discurso é a disciplina que vem ocupar o lugar dessa necessidade teórica, trabalhando a opacidade do texto e vendo nesta opacidade a presença do político, do simbólico, do ideológico, o próprio fato do funcionamento da linguagem: a inscrição da língua na história, para que ela signifique.

A produção de um discurso, que revele uma determinada postura ou posição em face de um momento histórico ou político ou social, parte das condições de produção e salienta a ideologia como força decisória, refletida naquilo que já foi dito, já foi construído. Trata-se da “memória discursiva”, termo de Pêcheux, salientado por Orlandi (2007, p. 31), como “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído”.

Lopes (2009) afirma que os sentidos se dão a partir da inscrição dos discursos na língua e na história. O discurso só significa dentro de uma dada *formação discursiva* historicamente constituída. Assim, podemos dizer que a incompletude é condição da linguagem. Os sujeitos, os sentidos e os discursos nunca estão acabados.

Se a noção de incompletude, em um discurso, trata do que falta, a ideia de Memória Discursiva se refere a “deslocar as noções de história, de político e de ideologia para o campo dos estudos da linguagem” (ORLANDI, 2012, p.110), de forma a sistematizar os sentidos.

Nosso estudo se coloca, como já mencionado, sobre a inscrição da língua na história, mais precisamente sobre a historicidade da obra analisada, uma vez que é essa relação com outros discursos, com a exterioridade, que possibilita a construção de uma materialidade refletida em diferentes temporalidades. Cabe-nos ressaltar, ainda, que a história a que nos referimos não é a da ordem cronológica nem

tampouco da sequência de atos e acontecimentos segundo uma evolução, mas aquela a partir da qual advém a materialidade e se produzem sentidos.

É um ciclo, um movimento de retorno ao já-dito, em que se menciona o que já foi mencionado ou se cria o que já foi criado. Isso é o que a AD denomina memória discursiva: todos os sentidos construídos e manifestos por alguém, em algum lugar, em diversos momentos, mesmo muito distantes que estão na base do dizível, que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré- construído (ORLANDI, 2007).

Através da Memória Discursiva ou Interdiscurso, podemos compreender a constante atualização dos dizeres, conforme Lopes (2009), na operação de formulações já ditas antes, considerando-se as posições-sujeito dentro do discurso e, inclusive, a capacidade que esse sujeito tem de se antecipar, no ato de produzir seu discurso, conforme as relações de força em questão.

Antecipa-se quando se conhece previamente, quando se é capaz de compreender os pontos já ditos, já discutidos. A antecipação é um mecanismo que insere o sujeito no Discurso considerando sua ideologia e sua capacidade de recorrer às relações de força para que se faça compreender.

É esse movimento contínuo do discurso que permite que ele não se encerre, em si mesmo, e que possibilita uma gama de interpretações e (re) significações atuando em diferentes formações discursivas e produzindo sentidos diversos. Sobre o discurso, é preciso considerar as posições do sujeito, a regionalização dos sentidos, a projeção histórica, política, ideológica sobre a linearidade no confronto do político e do simbólico, no exercício da interpretação (ORLANDI, 1996).

Tal movimento contínuo merece ser abordado, em *Teodoro Bicanca*, uma vez que o protagonista é marcado pelas recordações e memória de um passado indigno e opressor, de homens que viviam em condições de miséria, sofrendo humilhações, sem nada poder fazer, endividados e submissos aos seus senhores e à própria formação histórico-social em que estão inseridos; “naquela vida estranha do bicho maior comendo o menor” (CASTELO BRANCO, 1948, p. 136).

Além disso, o romance tem muitos pontos já discutidos em outras obras que tratam da mesma situação. Seus personagens lembram personagens anteriormente criados e posteriormente atualizados, seus discursos remontam a discursos já enunciados e apontam para um devir, por tratar da situação vivida pelo nordestino.

Para compreendermos a historicidade que compõe a obra, devemos recorrer a outras obras que trataram dessa materialidade. As que nos interessam são de autores consagrados que tratam fortemente desse ambiente da seca, do Nordeste, das fragilidades do seu povo: Graciliano Ramos e João Cabral de Melo Neto.

Deteremo-nos nesses nomes, uma vez que nosso interesse está na historicidade e na circulação da memória discursiva em torno do nordestino. Recorte dos textos desses autores funcionam, aqui, como documentos de análise e comparação para que façamos essa relação de memória. Nunes (2008, p. 83) aponta que “uma obra passa a ser um ‘documento’ na medida em que ela é historicizada, ou seja, na medida em que ela se torna um objeto de um saber documental. O texto nomeia, data, seleciona objetos e traça percursos” .

Ao olhar para esses romances regionalistas, algo que não pode deixar de ser ressaltado é a maneira como se olha para algo; um sujeito, um acontecimento, um discurso, é o que faz com que se chegue à materialidade e se compreenda a memória discursiva retomada, atualizada.

O olhar de dó, de pena, historicamente conferido ao nordestino, ao seu fardo de penúria e sofrimento, propicia uma peculiar leitura da condição desse sujeito. Para Guimarães (2004, p.16), as produções são de “sujeitos constituídos ideologicamente em condições históricas específicas”. Por isso, as características dos sujeitos construídos nos romances são similares: por fazerem parte de condições históricas semelhantes e se constituírem por práticas ideológicas que permitem uma determinada leitura, muitas vezes fundamentadas em estereótipos.

Sendo a ascensão um desejo dos personagens-sujeito da obra *Teodoro Bicanca*, é preciso salientar que a construção desse sujeito se dá num movimento de oposição, já que este está sempre em posição de subordinação, em meio a uma imobilidade social; uma história que se constitui pelo ocultamento de vozes, pela injustiça e pela desigualdade. É nesse contexto que cabe fazer uma relação com a memória discursiva e a própria história, uma vez que se trata do simbólico da língua. Orlandi (2002, p. 63) trata do discurso, “definido em sua materialidade simbólica, como ‘efeito de sentidos’ entre locutores, trazendo em si as marcas da articulação da língua com a história para significar”.

Trata-se, pois, de um estereótipo do povo piauiense, e por extensão, do povo nordestino: a ideia de submissão, de humilhação, opressão, como afirma Amossy

(2005, p. 221), “a imagem discursiva de si é, assim, ancorada em estereótipos, um arsenal de representações coletivas que determinam, parcialmente, a apresentação de si e sua eficácia em uma determinada cultura”.

É comum indignarmo-nos quando outros países olham para o Brasil e só conseguem enxergar futebol e carnaval, no entanto é comum as demais regiões do Brasil olharem para o Nordeste e só verem pobreza, seca e sofrimento. Esse é um estereótipo do povo nordestino, construído não somente com base em falácias, mas fruto de uma série de imagens já criadas, estereotipadas, em sua maioria, pela mídia.

Pensar o estereótipo do ponto de vista discursivo pode ser produtivo, principalmente, por mostrar a relação com a memória discursiva. Em *Cidade dos Sentidos* (2001), Orlandi trata de estereótipo, visto “como repetição, fixação, elemento comum. E que deve ser tratado ideologicamente pela noção de memória, de interdiscurso, de efeito de pré-construído” (ORLANDI, 2001, p. 18).

Afinal de contas, existem diversos outros sentidos que podem ser atribuídos ao nordestino, tais como o de homem lutador, batalhador, destemido, sonhador. Isso, é lógico, merece toda uma análise para que se chegue à compreensão da memória, a qual, não se pode negar, está inter-relacionada ao subjetivismo.

O meio social é, ademais, imprescindível à formação do subjetivismo humano. Fundamentado em marcações de diferenças, as quais ocorrem em meio à sociedade, este se funda na organização dos indivíduos em grupos sociais, construindo, assim, uma imagem; é a organização dos grupos, desigual e classificatória. Essa noção de ordem, de hierarquização, na obra em estudo, gera um sentimento de ódio e vingança que persegue o homem nordestino por toda a vida, sem, no entanto, impedi-lo de sonhar, e de lutar, a seu modo, por uma vida melhor.

Todavia, é mister questionar sobre o poder do meio sócio-histórico e do inconsciente na formação da identificação e, se as imagens propagadas em relação a esse povo fazem sentido. . Para não cairmos na imobilidade dos estereótipos, convém que tratemos das práticas de deslizamento e ruptura, numa ordem discursiva, pois

Todo discurso é um índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço: não há identificação plenamente bem sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra, por uma ‘infelicidade’ no sentido performativo do termo – isto é, no caso, por um “erro de pessoa”, isto é, sobre o outro, objeto da identificação (PÊCHEUX, 2002, p. 56-57)

Mas, será que o povo nordestino é apenas o oprimido, o explorado, o agregado? Tais representações, de fato, correspondem à realidade desse povo? É basilar pensar que nesta perspectiva, o sujeito, afetado pela ideologia, constitui-se a partir de uma relação com o outro, com o contexto em que está inserido e com a memória produzida sobre ele e com a própria linguagem. Orlandi (2012, p. 100) já evidencia que “Ele, o sujeito, não poderia ser a origem de si”.

Na verdade, não se pode considerar o sujeito como origem, nessa vertente, uma vez que ele sempre se origina do outro, do já-dito, do antes enunciado; ou seja, esse ciclo impossibilita a existência de um sujeito puro, dono do seu próprio dizer.

Buscando compreender esse trabalho de memória, em sua relação com o devir, acreditamos ser relevante tratar *Teodoro Bicanca* em uma relação constitutiva com *Vidas Secas*, obra de Graciliano Ramos, que aborda o Nordeste como uma região pobre e opressora, e, com *Morte e Vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto, que trata da peregrinação em busca de melhores condições de vida.

Através da contextualização simbólica evidenciada em “Vidas Secas”, percebe-se a construção de uma memória baseada na agitação e na modernização partindo de condições adversas. Afinal, na década de 30, vive-se a Revolução de 1930, a crise econômica provocada pela quebra da bolsa de valores de Nova Iorque e a crise cafeeira, condições desfavoráveis que, todavia, levaram a uma modernização na linguagem e no estilo, notadamente mais brasileiro, mais rude, mais próximo de nossas raízes.

Assim como no romance de 30, *Teodoro Bicanca* enuncia a partir de uma posição de crítica e insatisfação perante a realidade vigente, ressaltando o homem hostilizado pelo ambiente e pelos problemas que lhe são impostos. Trata-se de um homem descontente, marginalizado, submisso e, por isso mesmo, infeliz.

Em *Vidas Secas*, essa infelicidade propicia a busca, a esperança de dias melhores, num constante diálogo com a natureza. É o que se pode perceber nessa passagem de abertura da obra regionalista:

Na planície avermelhada os juazeiros alargavam duas manchas verdes. Os infelizes tinham caminhado o dia inteiro, estavam cansados e famintos. Ordinariamente andavam pouco, mas como haviam repousado bastante na areia do rio seco, a viagem progredira bem três léguas. Fazia horas que procuravam uma sombra. A folhagem dos juazeiros apareceu longe, através dos galhos pelados da catinga rala (RAMOS, 1982, p. 03).

Nota-se, ainda, uma descrição viva da natureza, em que a dureza da seca do ambiente se reflete na dureza da vida do homem nordestino, materializado pelos discursos oprimidos dos personagens. Entretanto, o abuso do poder sofrido pelos personagens não os faz fracos; estimula-os a sair daquela condição subumana.

Como diz M. Pêcheux (1997), “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido”. Dessa forma, o nordestino é ressaltado em suas crenças e hábitos de forma a construir uma identidade, materializada pela ideologia, ou seja, a própria identidade regionalista, marcada pelos dizeres, pelas designações e pelas características próprias a esse povo.

Arrastaram-se para lá, devagar, Sinhá Vitória com o filho mais novo escanchado no quarto e o baú de folha na cabeça, Fabiano sombrio, cambaio, o aio a tiracolo, a cuia pendurada numa correia presa ao cinturão, a espingarda de pederneira no ombro. O menino mais velho e a cachorra Baleia iam atrás. Os juazeiros aproximaram-se, recuaram, sumiram-se. O menino mais velho pôs-se a chorar, sentou-se no chão. - Anda, condenado do diabo, gritou-lhe o pai (RAMOS, 1982, p. 03).

Ademais, ao se analisar um texto sob o viés discursivo, deve-se levar em conta, dentre outras manifestações, os papéis sociais representados. Em *Vidas Secas*, Graciliano Ramos figura como um sujeito-autor, uma vez que se apropria dos traços do personagem de uma maneira tão forte que seu discurso se confunde com o dele.

A riqueza do seu vocabulário é tão visível que o leitor é facilmente instigado a ler, e continuar lendo, tamanha a veracidade dos ditados, das palavras, dos enunciados. É um sujeito-autor engajado com a escrita da obra e com suas condições de produção.

Teodoro Bicanca manifesta esse sujeito-autor à medida que, sendo Renato Castelo Branco piauiense, descreve com mais prioridade a sua terra e as condições de vida nela existentes. Dessa forma, tanto Graciliano como Renato, na defesa de seus personagens, descrevem o drama de pessoas lutando contra a realidade a que são submetidos, sempre considerando o real da língua, o real da história, o real da vida.

Eles não falam de sujeitos distantes, de locais alheios a eles, de realidades desconhecidas por eles. Pelo contrário, são situações que inserem os autores em seu próprio ambiente de formação, de vivência, o que confere-lhes legitimidade para escrever, para falar. O próprio lugar da narração é atravessado por aquilo que significa ser nordestino.

Verificamos, pois, uma associação do subjetivismo dos autores com o meio social no qual estão inseridos, para a construção da escrita e dos próprios sentidos do texto. Os papéis sociais são descritos à medida que constituem uma relação entre o meio e o sujeito.

Quanto ao social, não são os traços sociológicos empíricos – classe social, idade, sexo, profissão – mas as formações imaginárias, que se constituem a partir das relações sociais, que funcionam no discurso (...) Há, em toda língua mecanismos de projeção para que se constitua essa relação entre a situação – sociologicamente descritível – e a posição dos sujeitos, discursivamente significativa (ORLANDI, 2012, p. 30).

Essas formações imaginárias são reflexos de tais relações. Qual a imagem que se faz do piauiense? Do nordestino? Do retirante? Das credices e hábitos do povo ambientado no Vale do Parnaíba?

Um outro ponto que evidencia essa interdiscursividade entre os dois romances regionalistas é quanto ao próprio nome dos personagens e o que eles representam. Fabiano, conforme o Dicionário da Língua Portuguesa, de Houaiss, significa “sinonímia de João-ninguém, e ainda “pessoa simplória e/ou inofensiva”, ou

seja, não é por acaso que se usa essa denominação. Já Teodoro recebe o apelido de Bicanca graças aos seus chutes “de bico”, tão conhecidos durante as partidas de futebol que frequenta.

“Morte e Vida Severina”, auto de natal pernambucano, de autoria de João Cabral de Melo Neto, pode ser considerada como uma relação de devir, já que, por ser posterior à obra em análise, dialoga com ela, proporcionando-lhe, ou ainda, legitimando a construção do sujeito nordestino, ao retratar a temática regionalista, com práticas representativas da cultura nordestina e caracterização própria desse sujeito:

— O meu nome é Severino,
 não tenho outro de pia.
 Como há muitos Severinos,
 que é santo de romaria,
 deram então de me chamar
 Severino de Maria;
 [...]
 Somos muitos Severinos
 iguais em tudo na vida:
 na mesma cabeça grande
 que a custo é que se equilibra,
 no mesmo ventre crescido
 sobre as mesmas pernas finas,
 e iguais também porque o sangue
 que usamos tem pouca tinta.
 [...]
 Somos muitos Severinos
 iguais em tudo e na sina:
 [...]
 Mas, para que me conheçam
 melhor Vossas Senhorias
 e melhor possam seguir
 a história de minha vida,
 passo a ser o Severino
 que em vossa presença emigra. (CABRAL, 2000, pp.29-30).

A obra, publicada em 1954, traz a descrição de bairros de Recife, por meio de uma abordagem socioeconômica, além disso constrói-se o sujeito Severino como a representação de todos os nordestinos e (por que não dizer?), por extensão, ao descrever os bairros de Recife, descreva-se o Nordeste como um todo.

A religiosidade do povo nordestino é retomada por meio da Romaria, já que, por costume, este é um povo que muito celebra o nascimento, a fé e a morte em

forma de procissões e se desloca a diversos lugares pregando esse sagrado por terras afora.

Ao remeter o traço característico aos cearenses de ter a “cabeça grande” e associar tal característica ao recifense, constrói-se mais sentido do que seja ser nordestino: é ter cabeça grande. E aqui cumpre-nos salientar que essa cabeça grande está diretamente relacionada ao fato de que os nordestinos, por tradição, por genética e pela vida, são franzinos. Os “severinos” são todos esses homens, de vida difícil e sofrida, mas que não padecem diante dela.

Além disso, nas três obras são retratadas a exclusão social, a pobreza da região nordestina e a tipificação do subdesenvolvimento brasileiro, o que afirma Cândido (2000), ao tratar da “consciência catastrófica de atraso, correspondente à noção de país subdesenvolvido”.

Espaços como o agreste, a caatinga, a zona da mata, dentre outros, representam as condições de produção típicas do meio ambiente nordestino, o que possibilita a construção da conjuntura sócio-histórica e ideológica do período e locais retratados, bem como essa associação entre historicidade e materialidade discursiva. Na verdade, é a constante referência a esses lugares que “mantém a dimensão do regional como objeto vivo” (CÂNDIDO, 2000, p. 159).

O “bicho maior”, mencionado em *Teodoro Bicanca*, personifica a figura dos mais poderosos, dos mais abastados. Em “Morte e Vida Severina, a referência ao maior é o que vem de cima: “esse povo lá de riba”, numa alusão geográfica; mais especificamente aos que imigram para outros locais, ainda que no próprio Nordeste, em busca de uma vida melhor e que se decepcionam.

— Esse povo lá de riba
de Pernambuco, da Paraíba
que vem buscar no Recife
poder morrer de velhice,
encontra só, aqui chegando
cemitérios esperando.
—Não é viagem o que fazem
vindo por essas catingas, vargens;
aí está o seu erro:
vêm é seguindo seu próprio enterro (CABRAL, 2000, p. 50).

Através de um relato do sertão nordestino e de suas condições precárias, *Morte e vida Severina* atualiza a construção da imagem do sujeito nordestino produzida em *Teodoro Bicanca*. Essa memória discursiva é constitutiva de todo discurso; pois as formulações só ganham sentido se já tiverem, de fato, feito sentido, é preciso que se sustente, conforme Orlandi (2007), em um “já-lá”.

Segundo o movimento regionalista, o homem representativo do Nordeste seria o sertanejo, aquele homem rude, embrutecido pela natureza, um herói, guerreiro e resistente, capaz de enfrentar todo tipo de dificuldade e de sobreviver a elas. Segundo Albuquerque Jr. (2013, p. 62),

O tipo nordestino vai se definindo como um tipo tradicional, voltado para a preservação de um passado regional que estaria desaparecendo... ..se situa na contramão do mundo moderno, rejeita as suas superficialidades, sua vida delicada e histórica. Um homem de costumes conservadores, rústicos, ásperos, masculinos; um macho capaz de resgatar aquele patriarcalismo em crise; um ser viril, capaz de retirar a sua região da situação de passividade e subserviência em que se encontrava.

Podemos falar em uma tentativa de outras regiões do Brasil em se firmarem como superiores, ricas, autônomas, capazes, ao tentarem, de toda forma, criar uma imagem para o sujeito nordestino, como sendo a inferior, pobre, submissa e incapaz. Isso pode, através de uma análise dessas obras, tornar-se visível e marcante. Entendemos, logo, que a produção de sentidos pode nos remeter a diversos lugares, a diferentes momentos que tratam de noções e conceitos similares. Sobre isso, Nunes (2007, p. 376) afirma que

um discurso remete a outros discursos dispersos no tempo, ele pode simular um passado, reinterpretá-lo, projetá-lo para um futuro, fazendo emergir efeitos temporais de diversas ordens. Compreender a temporalidade significa atentar para as diferentes temporalidades inscritas no discurso, mostrando as relações entre elas e os efeitos de sentido que aí se produzem.

As obras aqui analisadas, servindo-nos de aporte para a compreensão da circularidade dos sentidos e à conseqüente memória discursiva, fazem com que

apreendamos de cada uma elementos e noções que nos permitam compreender a imagem construída desse sujeito abrigado em terras nordestinas, entre início e meados do século XX.

4. Da Constituição do Sujeito Nordestino: Sertão nordestino e seus estereótipos

O termo *nordestino* aparece para nomear os habitantes de uma área inicialmente compreendida entre os estados de Alagoas e Ceará, sendo às vezes aplicado para nomear também os habitantes do Piauí e Maranhão, com menor frequência (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 137). Em nossa análise discursiva, pretendemos ir mais além desses efeitos geográficos e compreender que sentidos são atribuídos ao ser nordestino.

Essa imagem estereotipada de pobreza e submissão atribuída aos nordestinos foi historicamente construída pela literatura e pela mídia, associada a temas e valores sociais e naturais normatizados como imutáveis. Representante deste estereótipo está a figura do vareiro e sua bravura, resistência, o conformismo quanto à sua classe social. A forma como trata o rio e suas águas e realiza seus trabalhos, asseguram-lhe características específicas.

Em seu livro *A Invenção do Nordeste e outras artes*, o historiador Durval Muniz Albuquerque Jr. mostra o Nordeste sob o olhar da mídia: as novelas, as reportagens jornalísticas, os documentários e, principalmente, programas de humor. Geralmente, o que se vê são pessoas que falam errado, que se vestem mal, possuem hábitos “bregas” e práticas violentas, haja vista a nossa cultura cangaceira, de Lampião e Maria Bonita, em que a peixeira no bolso é sinônimo de valentia e coragem.

Esses personagens não enunciam de um lugar típico do Nordeste. Podemos, inclusive, perguntar: Que lugar é esse? Trata-se de um ambiente pobre e decadente, materializado num discurso pitoresco e deprimente. O sujeito nesses meios veiculado é apenas o marginal(izado), inserido numa prática de estereotipização.

Trata-se, pois, de uma imagem construída pelo meio social e político, uma ideia de que o povo nordestino representa, necessariamente, um efeito construído na

e pela realidade em que se insere. Como propõe Castells (2004), termos “tipicamente” nordestinos usados por escritores, jornalistas, políticos, artistas de um modo em geral, ajudam na composição e legitimação desta identidade regional e contribuem para a construção, que busca autenticidade e essência, abordando a região como pura, tornando-se um espaço prontamente delimitado e estruturado pela tradição.

Ser nordestino constrói-se com base nas noções da seca, da pobreza, do sol, dos animais, da fome, do subdesenvolvimento, da precariedade, do clima semiárido. Essa imagem, fundamentada em conceitos simbólicos, é constituída de elementos já estabelecidos, de discursos já ditos e que promovem, além da caracterização mais peculiar desse sujeito, a marcação de diferenças para com os outros.

O estereótipo nordestino de vítima da seca e do flagelo e, ao mesmo tempo, bravo e resistente, é formado historicamente e perdura ao longo dos séculos. Sabemos, no entanto, que não se pode generalizar por não se tratar de um conceito homogêneo, único, ao passo que é evidente que a constituição dos sentidos se materializa em uma relação do sujeito com a língua e a imagem que a sociedade constrói.

Cada sociedade constrói uma ideologia coletiva que faz parte do interdiscurso. Para Pêcheux (1995), mais que analisar as formações ideológicas por sua relação de classes é preciso considerar seu caráter regionalizado, já que é porque as formações ideológicas têm um caráter regional que elas se referem às mesmas “coisas” de modo diferente, e é porque as formações ideológicas têm um caráter de classe que elas se referem, simultaneamente às mesmas “coisas”.

Até hoje é comum observar que a grande mídia que domina os estados do Sul e Sudeste enfatiza fortemente a ideia de que a globalização e o desenvolvimento não atingem o território nordestino, fomentando a manutenção desse ideal do nordestino como aquele atrasado econômica, social, cultural e intelectualmente.

Podemos afirmar que não somente a mídia, mas a literatura reproduz discursos elitistas que conferem esse caráter sofrível ao Nordeste e ao seu povo, e isso justifica o efeito de adesão de muitos brasileiros a esse discurso calcado em estereótipos do que seja o nordestino.

CONSIDERAÇÕES (NÃO) FINAIS

Estudar a Literatura pelo prisma do discurso é reconhecer a interdisciplinaridade existente entre os dizeres. É, aliás, ultrapassar os limites de uma análise simplória que abarca apenas o significante. Aqui, é preciso se construir, e compreender, os sentidos, com base em condições de produção alicerçadas no envolvimento sócio-histórico vigente.

Em nossa dissertação, tivemos o intuito de demonstrar como as condições de produção são importantes para a compreensão da constituição dos sentidos a serem compreendidos pelo viés da AD, uma vez que a discursividade abarca tanto relações de sentido, no campo do simbólico, quanto relações de força, com base na materialidade histórica.

A análise dessa obra nos permitiu enxergar a marca do homem sobre o lugar indo além dessa identificação física do sertão, uma vez que sua significação é construída pelo simbólico, não se podendo, pois, fazer uma delimitação física e/ou geográfica, mas uma análise da materialidade do território, caracterizada pelos elementos históricos, constitutivos da produção de sentidos e da consequente construção de imagens desses sujeitos.

O sertão não é apenas um lugar marcado pelas formações vegetais, a falta de água ou outros elementos que o impeçam de ser um local privilegiado, nem tampouco simplesmente um espaço de submissão do homem ao meio natural e à condição de vida em que vive.

A imagem do sujeito nordestino, portanto, rompe com as imagens estereotipadas produzidas e veiculadas pela mídia e pela literatura, uma vez que este homem é forte, batalhador, ele busca sair da condição submissa que lhe foi imposta, progredir e ser feliz.

São, prioritariamente, as noções de clima e raça que dão singularidade ao Nordeste e explicam como o homem aqui abrigado é capaz de se superar e se manter firme. Muito mais do que uma relação com as noções da seca, da pobreza, do sol, dos animais, da fome, do subdesenvolvimento, da precariedade e do clima semiárido, a imagem do nordestino merece ser fundamentada em conceitos simbólicos, constituindo-se de elementos já estabelecidos, de discursos já ditos e

que promovem, além da caracterização mais peculiar desse sujeito, a marcação de diferenças para com os outros.

Com relação à Memória Discursiva e ao saber que já foi construído, podemos verificar que a produção de um discurso, marcado por um momento histórico ou político ou social, parte das condições de produção e salienta a ideologia como força decisória, refletida naquilo que já foi dito, já foi construído.

Morte e Vida Severina e Vidas Secas se colocam numa relação constitutiva de uma memória discursiva sobre o sujeito representam uma memória de nordestino, ligando-o ao ambiente de pobreza e opressão e, por isso mesmo, caracterizando-o como guerreiro e lutador. Há uma ruptura com a imagem estereotipada, apenas negativa, em que se inferioriza o sertão/nordeste, delineando-se uma visão positiva, em que se enaltece esta região e o seu povo.

As reflexões que impulsionaram esse estudo partiram da importância de compreender esse sujeito em meio a tantas noções advindas do senso comum e estereótipos criados, os quais, muitas vezes, inferiorizam o nordestino. Trata-se de uma imagem construída pelo meio social e político, porém, uma leitura discursiva permite-nos compreendê-lo como um povo marcado pelo ideal de luta e esperança, o que é condição determinante para que se adquiram os traços que o marcam.

O homem que melhor representaria o Nordeste, segundo o movimento regionalista, seria o sertanejo, aquele homem rude, embrutecido pela natureza, um herói, guerreiro, e resistente, capaz de enfrentar todo tipo de dificuldade e de sobreviver a elas.

As designações, nesse trabalho, figuram como a marcação de atributos determinados a seres ou acontecimentos, dotando-os de sentidos, cargas semânticas representativas de caráter social, político, religioso, dentre outros. Na obra analisada, tais designações remetem à formação histórica e social, destacando a identidade do povo nordestino ao evidenciar as formas de tratamento, os desejos e convicções dos indivíduos, as suas insatisfações e as formas de estratificação e organização da sociedade.

Quem ocupa uma posição X enuncia diferentemente de quem ocupa a posição Y. Quem é visto de uma determinada forma não recebe a mesma caracterização de quem é visto de outra. O *agregado*, por mais que possua influência sobre os seus, jamais poderá ser designado como *senhor*. O *coronel*,

mesmo que às vezes odiado por seus empregados, nunca será designado como *imundo*. Quem fala, fala de algum lugar, e quem é designado ocupa, também, uma posição.

Essas designações nos possibilitam, pois, compreender as relações de força presentes nesse ambiente, as quais constituem a sociedade nordestina, com suas divisões, camadas, imagens e crenças, ao sustentar os dizeres e os discursos proferidos pelo sujeito nordestino, inserido em condições de produção diversas, inclusive aquelas que possibilitam a própria escrita da obra.

O estudo aqui proposto, com o olhar da Análise de Discurso para a Literatura, possibilitou-nos pôr em evidência o trabalho da história na língua, observando-se como na materialidade linguística emerge o discurso literário, em sua multiplicidade de sentidos tão constitutiva. Mergulhar nos sentidos produzidos por *Teodoro Bicanca* nos faz compreender os efeitos produzidos, no texto, sobre religião, autoritarismo, riquezas naturais, ambição humana, esperança, sentimentos de ódio e saudade, sobre ser sertanejo, sobre ser nordestino, sobre ser-tão nordestino.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. **Nordestino**: invenção do “falo” – uma história do gênero masculino (1920-1940). 2. ed. São Paulo: Intermeios, 2013.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2001.
- AMOSSY, R. **As imagens de si no discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BARONAS, R. L. Efeito de sentido de pertencimento à Análise de Discurso. In: **Anais do SEAD: Análise do Discurso**. UFRGS. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/RobertoLeiserBaronas.pdf>>. Acesso em 16.out.2015.
- BIDERMAN, M. T. C. Terminologia. **Cadernos do I.L.** julho de 1993.
- BIDERMAN, M. T. C. **Teoria linguística**: teoria lexical e linguística computacional. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- CASTELO BRANCO, R. **Teodoro Bicanca**. São Paulo: Progresso Editorial, 1948.
- CASTELO BRANCO, P. V. Escolarização e Práticas Familiares: impactos da cultura letrada sobre a instituição familiar entre o final do século XIX e o início do século XX. **Texto de História**. v. 14, n. 1/2, 2006.
- BRANDÃO, H. N. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- CÂNDIDO, A. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. 7. ed. São Paulo: Nacional, 1985.
- CASTELLS, M. **A Era da Informação**: economia, sociedade e cultura, vol. 3. São Paulo: Paz e terra, 1999.
- CASTELLS, M. **A educação pela noite e outros ensaios**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- COSTA, G. C. **Discursos sobre a milícia**: nomes, vozes e imagens em movimento na produção de sentidos. 2011. Disponível em <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000841837&fd=y>>. Acesso em 18.mar.2016.
- COTRIM, G. **História e Consciência do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1994.
- COURTINE, J.J. O discurso inatingível: marxismo e linguística (1965-1985). Trad. Heloisa Monteiro Rosário. **Cadernos de Tradução**, Porto Alegre, n. 6, 1999.

FARIAS, V. S. N. As transformações na educação piauiense na Era Vargas: conhecimento histórico e diálogo social. **XXVII Simpósio Nacional de História**. Natal, 22 a 26 de julho de 2013. Disponível em <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364667310_ARQUIVO_EDUC_ACAONOPIAUI-ANPUH2.pdf>. Acesso em 18.abr.2016.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

GANDARA, G. Rio Parnaíba... sua figuração humana e poética. **Revista Mosaico**, v.1, n.2, p.112-122, jul./dez., 2008.

GUIMARÃES, E. Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização brasileira. In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. (Orgs.) **Língua e cidadania: O Português no Brasil**. Campinas: Pontes, 1996.

GUIMARÃES, E. **História da Semântica**. Campinas: Pontes, 2004.

GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas: Pontes, 2002.

HOUAISS, A. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KRIEGER, M. G. das. Tipologias de dicionários: registros de léxico, princípios e tecnologias. **Calidoscópio**. Vol 4, n. 3. set/dez 2006.

LAGAZZI, S.; ORLANDI, E. **Discurso e Textualidade**. Campinas: Pontes, 2006.

LOPES, M. **Folha de São Paulo**: da produção de sentidos acerca da Guerra do Iraque. São Carlos: Pedro e João Editores, 2009.

MAGALHÃES, M. do S. R. A lenda do Cabeça-de-Cuia: estrutura narrativa e formação do sentido. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo** – v. 7 , n. 1 - p. 151-160 - jan./jun. 2011.

MAINGUENEAU, D. Análise do discurso e literatura: problemas epistemológicos e institucionais. Tradução de Roberto Leiser Baronas e Samuel Ponsoni. **Revista Linguagem**, 2010. Disponível em <http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao13/art_01.php>. Acesso em 13.jan.2017.

MARCUSCHI, L. A. O léxico: lista, rede ou cognição social? In: NEGRI, L.; FOLTRAN, M. J.; OLIVEIRA, R. P. de (orgs.). **Sentido e Significação em torno da obra de Rodolfo Ilari**. São Paulo: Contexto, 2004.

MELO NETO, J. C. de. **Morte e Vida Severina e outros poemas para vozes**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

MENDES, S. S. de. Congresso de Operários e Camponeses. **Folha da Manhã**. Teresina, 30/04/1961, nº 964, p. 04.

MOISÉS, M. **Pequeno dicionário de literatura brasileira**. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

MUSSALIM, F. Análise do Discurso. In: MUSSALIM, F; BENTES, A. C. **Introdução à Linguística**. Vol. 2. São Paulo. Cortez, 2001.

NETO, A. **Literatura Piauiense para Estudantes**. 7. ed. Teresina: Edições Geração 70, 2000.

NUNES, J.H. Leitura de arquivo: historicidade e compreensão. In: FERREIRA, M. C.; INDURSKY, F. (Orgs.). **Análise do discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Clara Luz, 2007.

NUNES, J.H. O discurso documental na História das Ideias Linguísticas e o caso dos dicionários. **Revista Alfa** v. 52, n.1, 2008.

NUNES, M. P. **O discurso imperfeito**: notas para a história da educação brasileira. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1988.

OLIVEIRA, A. M. P. P.; ISQUERDO, A. N. **As ciências do léxico**: lexicologia e lexicografia, terminologia. 2. ed. Campo Grande: Ed. UFMS, 2001.

OLIVEIRA, N. M. de. **Folclore brasileiro**: Piauí. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1999.

ORLANDI, E. **Análise do Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2007.

ORLANDI, E. **Discurso e leitura**. São Paulo: Ed. UNICAMP: Cortez, 1988.

ORLANDI, E. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4. ed. Campinas: Pontes, 2006.

ORLANDI, E. Análise de Discurso. In: LAGAZZI-RODRIGUES, S; ORLANDI, E. de L. P. (Orgs.). **Introdução às Ciências da Linguagem**: discurso e Textualidade. Campinas: Pontes, 2006.

ORLANDI, E. **Gestos de leitura**: da história no discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

ORLANDI, E. Discurso, imaginário social e conhecimento. **Em Aberto**, Brasília, n. 61, p. 52-9, jan./mar., ano 14, 1994.

ORLANDI, E. **Cidade dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, E. **Política linguística no Brasil**. Campinas: Pontes, 2007.

ORLANDI, E. **Discurso e Texto**: formulação e circulação dos sentidos. 4. ed. Campinas: Pontes, 2012.

ORLANDI, E. Formas de individuação do sujeito feminino e sociedade contemporânea: o caso da delinquência. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Discurso e Políticas Públicas Urbanas**: a fabricação do consenso. Campinas: Editora RG, 2010. p. 11- 42.

ORLANDI, E. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 6.ed. Campinas: Pontes, 2012b.

ORLANDI, E. “Tralhas e troços: o flagrante urbano”. In: ORLANDI, E. (org). **Cidade atravessada**: os sentidos públicos no espaço urbano. Campinas: Pontes, 2001. p. 9-24.

PÊCHEUX, M. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi. 3. ed. Campinas: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso. Traduzido por Eni P. Orlandi. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1993.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Orlandi *et al.* 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, M. Delimitações inversões, deslocamentos. Trad. José H. Nunes. **Cadernos de Estudos linguísticos**, 19. IEL, Unicamp, 1990.

PRETI, D. **Sociolinguística**: os níveis de fala. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

RAMOS, G. **Vidas Secas**. 48. ed. São Paulo: Record, 1982.

SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística Geral**. 6. ed. São Paulo: Cultrix, 1974.